



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

**EPISTEMOLOGIAS NEGRAS NO CURSO DE JORNALISMO DA UnB: a questão
racial chegou ao currículo?**

BIANCA FEIFEL

**BRASÍLIA - DF
2025**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

BIANCA FEIFEL

EPISTEMOLOGIAS NEGRAS NO CURSO DE JORNALISMO DA UnB: a questão racial chegou ao currículo?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Araújo

BRASÍLIA - DF

2025

BIANCA FEIFEL

EPISTEMOLOGIAS NEGRAS NO CURSO DE JORNALISMO DA UnB: a questão racial chegou ao currículo?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Araújo

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valmir Araújo

Orientador

Prof. Dr. Lauro Almeida de Moraes

Membro titular

Mestranda (PPGCOM/FAC) Rafaela Ferreira Rocha

Membra titular

Profa. Dra. Suzana Guedes Cardoso

Suplente

AGRADECIMENTOS

“Eu sou a continuação de um sonho/Da minha mãe, do meu pai/De todos que vieram antes de mim/Eu sou a continuação de um sonho/Da minha vó, do meu vô/Quem sangrou pra gente sorrir”. Nos momentos mais difíceis da escrita deste trabalho, esses versos do rapper BK’ fizeram-me recordar do motivo de todo o esforço: não deixar morrer o sonho de todos que vieram antes de mim. Por isso, agradeço primeiramente a toda minha família, meu alicerce. E especialmente às minhas avós – Maria Ana, Renate (*in memoriam*) e Geralda (*in memoriam*) – que com a luz divina de matriarcas iluminaram o meu caminho com suas orações e afeto incondicional. À minha mãe, Lenir, que é meu maior exemplo de garra, luta e vontade de viver. Ao meu pai, Boris, que nunca mediu esforços para que eu tivesse as melhores condições de estudo e sempre acreditou no meu potencial. À minha irmã Tamara, que mesmo de longe, é minha companheira das primeiras horas da vida, até a eternidade. À titia Leila e ao titio Gerson, que foram, com muito amor e cuidado, meu lar e minha família em Brasília. Sem vocês, nada disso seria possível.

Agradeço também às amigas, que representam o maior presente da minha trajetória na universidade: Alice Groth, Ana Beatriz Assenço, Júlia Cerejo, Larissa Dias, Rayanne Nascimento e Sthefany Rocha. Vocês tornaram o processo muito mais leve e gostoso de viver. Agradeço por cada risada, conselho, abraço e enxugada de lágrimas e por me proporcionarem laços tão importantes e afetuosos em Brasília. Agradeço igualmente aos meus amigos de longa data, com quem divido a vida e os bons momentos há tantos anos: Ana Luiza Carvalho, Gabriela Spencer, Inês Bontempo, Lucas Gonçalves e Sarah Araújo. Estar com vocês é como estar em casa, em qualquer lugar do mundo.

Por fim, agradeço ao meu orientador, professor Valmir Araújo, pela paciência, pela leitura atenta e pelas contribuições extremamente valiosas ao meu trabalho. E a todos os outros e outras docentes e profissionais que me acompanharam nesse processo, confiaram na minha capacidade e transformaram o meu olhar em relação ao mundo e ao Jornalismo.

Conseguimos!

RESUMO

As cotas raciais, das quais a Universidade de Brasília (UnB) foi pioneira dentre as instituições federais, foram essenciais para aumentar o acesso de pessoas negras e indígenas ao ensino superior. A entrada desses alunos trouxe novos desafios e tensionamentos acadêmicos. Por isso, esta pesquisa se propõe a responder a seguinte questão: a diversidade chegou ao currículo da UnB? O objetivo é, por meio da análise documental, identificar a quantidade de referências bibliográficas que abordam a temática racial e o número de autores e autoras negros e negras indicadas como leituras obrigatórias e complementares no curso de Jornalismo da instituição. Em seguida, busca-se relacionar esses dados com a bibliografia estudada e inferir a respeito do impacto dos resultados no curso e no perfil dos egressos.

Palavras-chave: Cotas raciais; Currículo; Epistemologias negras; Comunicação; Jornalismo.

ABSTRACT

Racial quotas, of which the University of Brasilia (UnB) was a pioneer among federal institutions, have been essential in increasing access to higher education for black and indigenous people. The entry of these students has brought new challenges and academic tensions. This research therefore sets out to answer the following question: has diversity reached the UnB curriculum? The aim is, through documentary analysis, to identify the number of bibliographical references that address racial issues and the number of black authors indicated as compulsory and complementary reading in the institution's Journalism course. It then seeks to relate this data to the bibliography studied and infer the impact of the results on the course and the profile of the graduates.

Key-words: Racial quotas; Curriculum; Black epistemology; Communication; Journalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Disciplinas do curso de Jornalismo da UnB.....	40
Tabela 2 – Referências bibliográficas que abordam a temática racial indicadas nas disciplinas do curso de Jornalismo da UnB 2024/2.....	47
Tabela 3 – Autores(as) negros(as) indicados(as) nas ementas das disciplinas do curso de Jornalismo da UnB.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tipos de obras indicadas como referências bibliográficas no curso de jornalismo da UnB.....	42
Gráfico 2 – Ano de publicação das referências bibliográficas indicadas no curso de Jornalismo da UnB.....	43
Gráfico 3 – Proporção de referências bibliográficas indicadas no curso de Jornalismo da UnB que abordam a temática racial.....	46
Gráfico 4 – Proporção de autores(as) indicados(as) no currículo do curso de Jornalismo da UnB por cada grupo racial.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF – Arguição de Descuprimento de Preceito Fundamental
Cepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
DEM - Partido Democratas
FAC – Faculdade de Comunicação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MNU – Movimento Negro Unificado
NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
ONU – Organização das Nações Unidas
STF – Supremo Tribunal Federal
Uerj - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 RACISMO À BRASILEIRA.....	13
1.1 Abolição Inacabada.....	15
1.2 Raça – uma construção social.....	18
1.3 O mito da democracia racial e o racismo estrutural.....	21
2 UMA UNIVERSIDADE MAIS NEGRA?.....	25
2.1 Epistemologias negras na Comunicação.....	28
2.2 Comunicação e questões raciais no Brasil.....	33
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	40
4.1 Panorama Geral.....	41
4.2 A diversidade chegou ao currículo de Jornalismo da UnB?.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
ANEXOS.....	60

INTRODUÇÃO

A Universidade de Brasília (UnB) se orgulha, com razão, de ter sido, em 2003, a primeira instituição federal de ensino superior a implementar uma política de ação afirmativa, com a criação de cotas raciais para ingresso na graduação. A iniciativa transformou-se em referência para universidades e demais instituições de ensino. Em 2012, a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, bem como para pessoas com deficiência e alunos de baixa renda ou oriundos de escolas públicas, converteu-se em norma federal, com a aprovação da lei nº 12.711, a Lei de Cotas¹.

As cotas raciais de acesso ao ensino superior eram uma demanda antiga do movimento negro no Brasil, apontadas como instrumento para reparar as desigualdades históricas advindas da escravização de pessoas negras no país. A luta pelas ações afirmativas intensifica-se na década de 1990 e tem seu auge em 2001, quando o Movimento Negro Unificado (MNU) participa da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban, na África do Sul. Ao assinar o Plano de Ação criado durante o encontro, o Estado brasileiro reconheceu a existência do racismo no país e se comprometeu a adotar medidas de superação, dentre elas as ações afirmativas.

Esse compromisso culminou na criação de cotas raciais para ingresso na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), em 2002. Inspirada nessa decisão e em outras experiências internacionais, a UnB foi, em 2003, a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas. A implementação, no entanto, foi marcada por resistência de parcelas da sociedade, do próprio corpo docente, da imprensa tradicional e de políticos, de forma que a política de ação afirmativa da instituição chegou a ter sua constitucionalidade discutida e reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Os argumentos de quem se posicionava contra a efetivação das cotas raciais para acesso ao ensino superior eram marcados pela reprodução da ideologia da democracia racial (GONZALEZ, 2020) e do discurso meritocrático (ALMEIDA, 2019). Jornalistas, intelectuais e outros pensadores publicaram artigos de opinião na imprensa contra a implementação das

¹ A proposta que deu origem à lei 12.711 foi o Projeto de Lei (PL) 73/1999, de autoria da então deputada federal Nice Lobão (PFL/MA). No entanto, o texto original só falava em reserva de vagas nas universidades para alunos oriundos da escola pública. A proposta de também reservar vagas para pessoas negras e indígenas só veio com o PL 3627/2004, proposto pelo poder executivo, à época chefiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Este PL foi apensado ao de 1999, e deu origem ao texto sancionado em 29 de agosto de 2012 pela então presidenta Dilma Rousseff (PT), a Lei de Cotas.

cotas e afirmavam que essa política seria uma forma de dividir o país e, assim, reforçar o racismo.

É interessante notar, no entanto, que o Brasil já havia experimentado cotas em universidades públicas: a lei 5465 de 1968, chamada de “Lei do Boi”, criada durante a ditadura militar, que perdurou até 1985 e reservava 50% das vagas dos cursos de Agricultura e Veterinária para filhos de fazendeiros que viviam na zona rural e 30% para aqueles que viviam nas cidades (BRASIL, 1968). Na prática, era um tipo de cota que beneficiava a elite rural da época, perpetuando privilégios e distorções históricas do período escravocrata. Tomados de uma amnésia histórica, os críticos às cotas raciais pareciam esquecer desse passado.

Fato é que as ações afirmativas étnico-raciais, quando implementadas, transformaram não só o ambiente acadêmico, mas também impulsionaram alterações estruturais, possibilitando a ascensão social de grupos marginalizados, por meio do acesso à educação. Nesse sentido, as cotas raciais são um instrumento de reparação e de correção de desigualdades históricas e de promoção da justiça social. No entanto, a presença de alunos cotistas nas universidades também suscita outras discussões importantes relacionadas ao reconhecimento e à permanência desses estudantes nas instituições de ensino. Portanto, a presente pesquisa se propõe a encontrar caminhos para discutir a questão: a diversidade também chegou ao currículo da UnB? Dadas as limitações espaço-temporais, a pesquisa se debruça especificamente sobre as ementas do curso de Jornalismo, ofertado pela Faculdade de Comunicação (FAC) da instituição.

O tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surgiu de uma inquietação da autora, que ao longo da graduação no referido curso incomodou-se com o reduzido número de autoras e autores negros, bem como de referências bibliográficas que abordam a temática racial, indicado pelos docentes. A relativa ausência torna-se ainda mais marcante tendo em vista que a UnB, além de ser uma das melhores instituições de ensino da América Latina², teve um papel fundamental na criação das cotas raciais para acesso ao ensino superior no país e possui uma luta histórica por questões sociais, inclusive a igualdade racial.

A necessidade de se ter epistemologias negras no ensino da Comunicação justifica-se não só pelo fato de atender aos anseios do próprio corpo discente, cada vez mais diverso, mas

²ASCOM, Gabinete da Reitoria. UnB se consolida entre as melhores da América Latina. **UnB Notícias**, 14 nov. 2024. Disponível em:

<<https://noticias.unb.br/institucional/7680-unb-se-consolida-entre-as-melhores-da-america-latina#:~:text=A%20UnB%20consolida%2Dse%20entre.no%20ranking%20geral%20da%20regi%C3%A3o>>. Acesso em: 05/02/2025.

também pelo impacto no perfil do egresso. Para que seja possível formar profissionais, neste caso jornalistas, que não reproduzam discursos racistas nos meios de comunicação, é essencial que os estudantes, durante a graduação, tenham contato com referências que os permitam construir uma visão crítica sobre as relações raciais no Brasil.

Para além disso, a relevância deste trabalho também pôde ser percebida por dados preliminares identificados durante a estruturação da pesquisa. Para atestar a viabilidade da metodologia, durante a elaboração do pré-projeto deste TCC, os meios e critérios de classificação foram testados com a ementa da disciplina de “Pré-projeto Experimental em Jornalismo”. Essa pré-análise documental mostrou que das dez referências bibliográficas indicadas, nenhuma abordava a temática racial. Além disso, apenas uma obra indicada foi escrita por autor negro, em colaboração com duas autoras brancas. No total, foram identificados oito autores brancos e sete autoras brancas, lembrando que algumas obras são assinadas por mais de uma pessoa. Nenhuma autora negra é indicada na ementa.

Essas lacunas instigaram ainda mais a investigação. Apesar dessas ausências identificadas e sentidas pela autora, houve docentes que, ao longo da graduação, mostraram não só que é possível mas extremamente necessário apresentar referências negras e decoloniais em sala de aula – em especial a professora Dione Moura, diretora da Faculdade de Comunicação (FAC) e relatora do projeto que deu origem à política de cotas da UnB, e os professores substitutos Alan Santos de Oliveira e Valmir Araújo, orientador deste TCC.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é identificar o número de referências bibliográficas que abordam a temática racial e de autoras e autores negros indicado nas ementas das disciplinas do curso de graduação em Jornalismo da UnB. Assim, o trabalho busca reconhecer lacunas e propor reflexões a respeito da inclusão de epistemologias negras no currículo acadêmico, destacando sua relevância para a formação crítica e inclusiva dos futuros profissionais.

Para tanto, o trabalho realiza uma análise documental das ementas citadas, por meio do levantamento e classificação das referências bibliográficas com base na temática abordada e em critérios raciais de identificação dos autores. Em seguida, a pesquisa avalia a densidade da temática racial e a proporção de autores e autoras negras nas disciplinas estudadas. O tema ganha especial relevância tendo em vista que a maior parte da população brasileira é negra, conforme aponta o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, em que 55,5% dos entrevistados se autodeclararam pretos ou pardos.

³ IBGE. Panorama do Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 11/02/2025

A leitura de bibliografias negras foi essencial para instigar o interesse pela investigação aqui empreendida, bem como para a fundamentação da relevância da pesquisa. As epistemologias negras no campo da Comunicação, embora ainda careçam da devida centralidade nos currículos, são fundamentais para compreender de que forma as relações sociais e, por conseguinte, raciais são representadas na imprensa e outros suportes midiáticos, como filmes e propagandas.

Portanto, ter contato, durante a graduação em Comunicação, com referências teóricas que abordam a temática racial é de extrema importância para que os futuros profissionais não reproduzam estereótipos racistas construídos, sob o manto falso de cientificidade, e divulgados desde a época da escravização de pessoas negras em África, que chegaram ao Brasil durante o processo de colonização.

Embora este trabalho utilize a pesquisa bibliográfica para embasamento teórico, principalmente à luz das contribuições de Queiroz (2019), Gonzalez (2020), Moura (2014), Sodré (2015), Araújo (2021) e Oliveira (2021), a investigação também recorre à perspectiva metodológica documental, com apoio nos estudos bibliométricos. A escolha dos autores citados deu-se pela relevância e profundidade de suas reflexões a respeito dos fenômenos sociais abordados na pesquisa, especialmente no que diz respeito às perspectivas teóricas ligadas ao racismo estrutural, à imprensa negra e às epistemologias negras na Comunicação.

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho aborda os reflexos da falta de políticas reparatórias nas condições de vida da população negra no pós-abolição e como isso se relaciona com o racismo estrutural e a perspectiva social de raça. Além disso, discorre a respeito dos discursos pseudocientíficos utilizados, desde a colonização do Brasil, para justificar a escravização e a manutenção do negro como cidadão de segunda classe. Em seguida, destaca como a ideologia da democracia racial é um instrumento de minimização e despolitização da discussão sobre a questão racial no Brasil.

Já no segundo capítulo é traçado um panorama a respeito da discussão e da implementação das cotas raciais para acesso ao ensino superior na UnB e no Brasil, destacando os marcos principais e as resistências enfrentadas para a consolidação da política de ação afirmativa. Nesse contexto, o trabalho também faz um apanhado de estatísticas que demonstram que, de fato, com as cotas raciais, a universidade tornou-se mais plural e fidedigna em relação à demografia da população brasileira no geral, composta em sua maioria por pessoas negras. Em seguida, o capítulo discute o conceito e a importância das epistemologias negras na Comunicação, ao mesmo tempo em que demonstra que a temática racial ainda é marginalizada na produção acadêmica da área. Em seguida, o trabalho discorre

a respeito da forma com que as questões raciais são abordadas nos meios de comunicação e como isso contribui para a reprodução de estereótipos negativos e o silenciamento da população negra na mídia. Como contraponto, é apresentado o conceito e as contribuições da imprensa negra para a construção de narrativas midiáticas com protagonismo negro.

No terceiro capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na análise documental desta pesquisa. São indicados os caminhos trilhados para obter as ementas das disciplinas do curso de Jornalismo da UnB, bem como os critérios utilizados para classificar cada referência bibliográfica, para identificar a presença ou ausência da temática racial e para a heteroidentificação dos autores e das autoras.

Por fim, no quarto capítulo, são apontados e discutidos os resultados da análise documental. Primeiramente, abordam-se os aspectos gerais das ementas estudadas, como o número de referências bibliográficas e seus respectivos autores(as), tipos e datas de publicação. Em seguida, são apresentados os dados em relação à temática racial e à autoria das obras indicadas na graduação em Jornalismo da UnB.

1 RACISMO À BRASILEIRA

O processo de consolidação das cotas raciais para acesso ao ensino superior não foi livre de tensões na Universidade de Brasília (UnB), nem em outras universidades brasileiras, como relatado acima. Desde o início, houve resistência de parte da sociedade civil, da imprensa tradicional e de representantes do poder público contra a implementação das ações afirmativas, com base em argumentos muitas vezes ancorados no mito da democracia racial (ARAÚJO, 2021, p. 50) e no discurso da meritocracia (ALMEIDA, 2019, p.51). Araújo (2021), citando Muniz Sodré, explica que, no debate público, a discussão inicial sobre as cotas raciais foi feita

a partir de um largo espaço [dado] a jornalistas e intelectuais decididos a demonstrar que as ações afirmativas constituiriam uma nova forma de racismo, já que a raça não existe e ademais, como a população brasileira predominante, todos os nossos concidadãos teriam a sua cota de negritude (SODRÉ, 2005, p. 312, apud ARAÚJO, 2021, p.51).

Um dos exemplos mais marcantes foi um manifesto contra o projeto de lei que criaria a lei federal de cotas, assinado por um grupo de 114 intelectuais e artistas em 2006, dentre eles o cantor Caetano Veloso, o poeta Ferreira Gullar e o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos⁴. O texto foi entregue aos presidentes do Senado e da Câmara. A argumentação era a de que a lei acirraria os conflitos raciais no país. Anos depois, em 2022, 11 signatários do manifesto disseram à *Folha de S. Paulo* que mudaram de opinião e agora apoiam as cotas raciais, dentre eles a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, a professora e pesquisadora Maria Hermínia Tavares e a historiadora e escritora Isabel Lustosa⁵.

O mito da democracia racial é um dos sofisticados mecanismos ideológicos, disfarçados de ciência, que se propõe a negar a existência do racismo na sociedade brasileira. A ideia distorcida vem desde o período escravocrata, mas ganhou força a partir da década de 1930, em meio a um projeto político que tentava criar uma unidade nacional. O conceito, introduzido pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, afirma a miscigenação como uma das características fundantes da identidade brasileira e transmite a ideia de que, no Brasil, todas as raças, uma vez misturadas, convivem de forma harmoniosa. A miscigenação seria, portanto,

⁴ AMPRS. Grupo é contra a política de cota racial. Disponível em:

<https://www.amprs.org.br/noticia/grupo-e-contra-a-politica-de-cota-racial>. Acesso em 26 fev 2025

⁵ MENA, Fernanda. 11 signatários de carta de 2006 contra cotas raciais dizem por que mudaram de posição.

Folha de S. Paulo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/02/11-signatarios-de-carta-de-2006-contra-cotas-raciais-dizem-por-que-mudaram-de-posicao.shtml>. Acesso em 26 fev 2025.

“algo moralmente aceito em todos os níveis da sociedade, inclusive pela classe dominante” (ALMEIDA, 2019, p.110).

Sabe-se, no entanto, que essa pretensa convivência harmoniosa nunca aconteceu, muito menos foi promovida pelo grupo dominante. Ao contrário, este, ao longo de toda a história da formação nacional, utilizou-se de discursos pseudocientíficos de uma suposta superioridade europeia e branca para, primeiro, subjugar e escravizar populações africanas e, em um segundo momento, ‘limpar’ a população brasileira dos resquícios físicos, culturais e intelectuais da negritude, por meio da teoria do embranquecimento. Por essas características, Lélia Gonzalez (2020) afirma que nas sociedades da América Latina, diferentemente do que acontece naquelas de origem anglo-saxã (como os Estados Unidos) em que o racismo é aberta e explicitamente manifestado por meio da segregação social, predomina o “racismo por denegação”.

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os anúncios verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 2020, p.131-132)

Percebe-se, portanto, por qual razão as políticas de ação afirmativa, dentre elas as cotas raciais, foram e, em alguma medida seguem sendo, contestadas pela classe dominante: porque elas desafiam a hierarquia social que historicamente garante privilégios à população branca, permitindo o acesso de mais pessoas pobres e negras ao ensino superior. Ao mesmo tempo, essa ascensão tensiona os currículos das universidades que, até então, tratavam a questão racial como um aspecto periférico ou opcional, ou lidavam com ela a partir de referências que reforçam teorias de miscigenação, assimilação ou embranquecimento.

O Brasil viveu mais tempo sob o regime escravocrata do que livre dele. Foram mais de três séculos de exploração da mão de obra escravizada, principalmente de pessoas negras sequestradas de África e de indígenas que já ocupavam o território brasileiro antes da chegada dos colonizadores europeus. Nas páginas oficiais, escritas por uma pena carregada de tintas eurocêntricas, que ignora o protagonismo do negro no processo de libertação, a pretensa abolição supostamente veio em uma canetada, com a assinatura, em 1888, de uma norma com apenas dois artigos, a Lei Áurea. Uma análise mais criteriosa e crítica da história mostra, no entanto, que os 136 anos recentes de um Brasil livre, ao menos no papel, da escravidão não

garantiu o fim da subjugação do povo negro, já que o racismo, mecanismo ideológico que estrutura as relações de poder no país desde a colonização, não deixou de existir.

O sistema econômico baseado na escravidão moldou a formação da sociedade brasileira, dividida em senhores e escravizados. Desde o princípio, teorias pseudocientíficas e concepções moralistas de caráter racista foram usadas pela classe dominante na tentativa de justificar e legitimar a dominação dos povos não-europeus. Segundo Araújo (2021, p. 24), a “lógica racial foi o principal fator para a definição dos ‘papeis’ que cada grupo teria na estruturação da sociedade brasileira”.

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão, sob pressão de fatores internos e externos. Internamente, Moura (1990, p.51) destaca o protagonismo dos negros escravizados na luta contra o regime escravagista, além de apontar fatores econômicos, como a crise da produção açucareira no Nordeste e o aumento da produtividade cafeeira com trabalhadores livres. Externamente, o autor menciona a pressão de países como a Inglaterra, que contribuiu para que o Brasil decretasse oficialmente o fim do tráfico negreiro, em 1850, fomentada pelo interesse de formar mercados consumidores para escoamento de produtos manufaturados.

Araújo (2021, p.30) recorda que a abolição formal da escravidão no Brasil aconteceu com tanto atraso que, quando ocorreu, a maior parte da população negra já estava livre, o que é referendado por Gonzalez (2020, p.36), que afirma que “o 13 de maio libertou apenas 10% da população de cor no Brasil, uma vez que 90% já viviam em estado de liberdade”. É importante frisar, no entanto, que para a população negra ex-escravizada viver em liberdade não significou ter acesso a direitos que garantem uma vida digna. Por isso, fala-se em uma abolição inacabada, que perdura até os dias atuais.

1.1 Abolição Inacabada

A assinatura da Lei Áurea, em 1888, foi um ato que encerrou a escravidão no Brasil na dimensão formal, mas que não alterou por completo as condições materiais de vida dos ex-escravizados no país, já que não houve, de imediato, políticas reparatórias ou de inclusão social para essa população. Pelo contrário, os incentivos que poderiam ter sido dados às pessoas negras, possibilitando uma reestruturação de vida com dignidade, foram direcionados à europeus e asiáticos, que receberam incentivos governamentais, como acesso à terra e postos de trabalho, para migrarem para o Brasil. Isso também era uma tentativa de embranquecer e ocidentalizar a população brasileira.

Gonzalez (2020, p.34) destaca que no Brasil, após a abolição da escravidão, o racismo passou por “um processo de perpetuação e reforço”, na medida em que “beneficiou e beneficia determinados interesses”. Um exemplo disso foi a utilização de critérios raciais para definir a política de migração pós-abolição. O decreto Nº 528 de 1890 estipulou que estavam autorizados a entrar livremente no país, inclusive com passagem integral ou parcialmente paga pelo governo federal, indivíduos aptos a trabalhar, que não tivessem ações criminais em seus respectivos países, exceto os “indígenas da Ásia ou da África” (BRASIL, 1890). Posteriormente, em 1910, os japoneses também passaram a ter autorização para entrar no Brasil, já que, segundo Araújo (2021, p.42), “apesar de serem asiáticos foram bem vistos pela política do branqueamento brasileiro”.

Enquanto essa política de incentivo à imigração garantiu a entrada de milhões de europeus brancos e de pessoas de outras nacionalidades no Brasil entre o final século XIX e início do século XX – segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000, p.226), mais de 4,2 milhões de estrangeiros chegaram ao país entre 1884 e 1933 – a população negra recém liberta foi empurrada cada vez mais à margem da sociedade, com acesso restrito à trabalho, terras, moradia e educação. Nesse sentido, Ribeiro (2015, p.167) destaca que a nação brasileira, comandada pelas classes dominantes que nutriam um “desprezo vil” pelo negro, “nunca fez nada pela massa negra que a construíra”. E mais: “negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudesse educar seus filhos, de qualquer ordem de assistência. Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão” (*Ibidem*, p.167).

Entende-se, portanto, que a abolição da escravidão não significou uma alteração considerável da estrutura social do Brasil. Isso porque a elite branca, amparada em ideologias racistas, dificultou as tentativas de ascensão social dos negros ex-escravizados por meio do trabalho assalariado, mantendo os privilégios de classe. Conforme explica Moura (2014):

O bloco de poder escravista criou mecanismos de defesa capazes de preservá-lo e aos seus interesses fundamentais quando chegasse a conclusão do processo [de abolição]. O que conseguiu com êxito pois manteve incólume a estrutura da propriedade fundiária e conseguiu resolver o problema da mão de obra importando imigrantes e conservando os ex-escravos como massa marginalizada. As elites intelectuais elaboraram e desenvolveram a ideologia do racismo como arma justificadora dessa estratégia, qualificando o trabalhador nacional não branco de modo geral, e o negro em particular, como incapazes de enfrentar os desafios da nova etapa de organização do trabalho (MOURA, 2014, p.151)

O negro recém-liberto deparou-se com um cenário de abandono e marginalização no pós-abolição. Nem os fazendeiros tampouco o Estado responsabilizaram-se por indenizar ou por oferecer condições de acesso à terra, trabalho ou educação aos ex-escravizados. Segundo

Araújo (2021, p.40), o efeito negativo dessa ausência de reparação foi o “deslocamento econômico” da população negra, substituída pelos imigrantes brancos nos postos de trabalho assalariados. Assim, o destino de grande parte dos ex-escravizados foi os empregos subalternos em fazendas, mantendo as condições precárias de um sistema semelhante à escravidão, ou a miserabilidade nas estradas e nas grandes cidades.

Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação (MOURA, 2014, p.149).

As teorias racistas de branqueamento da população, reforçadas por intelectuais e pela elite econômica no período pós-abolição, barraram a inserção do ex-escravizado no mercado de trabalho, produzindo consequências nefastas na vida da população negra, que foi entregue à pobreza. Para Nascimento (1978, p.81), a abolição, na verdade, “estabelece um novo estado econômico, social e cultural de escravidão em liberdade”. Esse processo histórico de marginalização encontra-se em pleno funcionamento, tendo em vista que as pessoas negras ainda são a parcela da população brasileira que convive com os piores indicadores socioeconômicos na atualidade.

A Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2024) mostrou que, de 2022 para 2023, a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza no Brasil caiu de 31,6% para 27,4%, menor índice desde 2012. No entanto, a pesquisa também revelou que velhas desigualdades permanecem. Segundo o levantamento, em 2023, o rendimento por hora trabalhada para pessoas brancas era 67,7% maior que o dos trabalhadores pretos ou pardos. Enquanto estes recebiam apenas R\$13,73 por hora trabalhada, os trabalhadores brancos ganhavam em média R\$23,02. Essa desigualdade era uma realidade em todos os níveis de instrução, sendo que a maior taxa de discrepância foi registrada entre os trabalhadores com nível superior completo: um trabalhador branco com esse grau de qualificação recebia R\$ 40,20 por hora trabalhada, o que representa 43,2% a mais do que um trabalhador negro com ensino superior, que ganhava R\$ 28,10.

Esses números dismantlam totalmente o discurso meritocrático, segundo o qual o sucesso depende apenas do esforço individual, já que mostram que mesmo em supostas condições de igualdade – isto é, pessoas com ensino superior completo – a população negra encontra-se em desvantagem, neste caso, com salários menores quando comparados aos de pessoas brancas. Por isso, Gonzalez (2020) afirma que, mesmo que não sejam mais senhores

de escravos, os brancos se beneficiam das condições socioeconômicas produzidas pelo racismo:

Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos (GONZALEZ, 2020, p.35).

A pesquisa supracitada também aponta para outro resquício da abolição inacabada que ainda se faz presente: a população negra é maioria nos postos de trabalho precarizados. Enquanto para a população geral a taxa de informalidade em 2023 era de 40,7%, para as pessoas pretas ou pardas esse índice chegou a 45,8%. O cenário é ainda mais desafiador para as mulheres negras, que enfrentam condições de vulnerabilidade social atravessadas por questões de gênero e de raça. Entre os 10,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupados no Brasil em 2023 – os chamados “nem-nem” – 45,2% (ou 4,6 milhões) eram mulheres pretas ou pardas (IBGE, 2024).

Diante desse cenário, entende-se a importância das políticas de ações afirmativas, dentre elas as cotas raciais para ingresso no ensino superior, como instrumento para buscar enfrentar as desigualdades sociais enraizadas na população brasileira desde a escravidão. É importante destacar que o conceito de raça é uma construção social, ancorada em um discurso colonizador, não havendo qualquer base biológica que justifique a diferenciação entre seres humanos. O que as ações afirmativas buscam reparar são as desiguais oportunidades de acesso a direitos, como a educação, herdadas de um passado, ainda muito atual, em que as diferenças fenotípicas foram utilizadas para estabelecer relações de dominação.

1.2 Raça – uma construção social

Para compreender a legitimidade das cotas raciais, tanto no ensino superior quanto no serviço público ou em espaços de representação política, é necessário, primeiramente, entender que raça é uma construção histórico-social, um produto ideológico criado para legitimar relações coloniais. Não há quaisquer evidências biológicas baseadas na ciência que justifiquem o tratamento discriminatório entre seres humanos. Entretanto, esse conceito distorcido de raça ainda é utilizado para a naturalização de desigualdades, a legitimação da segregação e o genocídio de grupos sociais minoritários.

A ideia de raça surge a partir da divisão arbitrária (ARAÚJO, 2021, p.66) de grupos humanos com base em características físicas, com o objetivo de subjugar determinadas populações. Apesar de ser uma construção discursiva, a categorização racial produz efeitos reais no mundo, sendo, portanto, um marcador social de diferença (SCHWARCZ, 2012, p.33). Segundo Moreira (2020), a racialização é um projeto de construção de sentido e de diferenciação de indivíduos – que é dinâmico e se atualiza no tempo, já que suas práticas excludentes são sempre questionadas – com o objetivo de manter as relações de poder e o domínio de um grupo racial a partir de diferentes estratégias de dominação.

Não há, portanto, brancos e negros, mas sim mecanismos de atribuição de sentido a traços fenotípicos para que a dominação de um grupo sobre outro possa ser legitimada. Assim, devemos entender a raça como uma construção social que procura validar projetos de dominação baseados na hierarquização entre grupos com características físicas distintas. Ao se construir minorias raciais como grupos com traços morais específicos, membros do grupo racial dominante podem justificar um sistema de dominação que procura garantir a permanência de oportunidades sociais nas suas mãos. (MOREIRA, 2020, p.41)

No Brasil, e em outros países da América, a ideia de raça é introduzida juntamente com a expansão do colonialismo europeu, tendo sido utilizada na tentativa de justificar a dominação dos povos não-brancos e de naturalizar estereótipos. Ao indígena, por exemplo, as teorias racistas atribuíram os marcadores de preguiçoso e de selvagem. O mesmo aconteceu com o negro, sequestrado de África e trazido para as Américas como mão de obra escrava, a quem também foram atribuídas essas e outras características, como a agressividade e a animalidade. Esses estereótipos colocaram as populações não-europeias em posição de inferioridade, desumanizando seus membros e, assim, contribuindo para legitimar a adoção de práticas discriminatórias contra essas pessoas, inclusive açoites e outras formas de tortura. Nesse sentido, Quijano (2005) afirma:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 118).

É importante destacar que o branco também é uma categoria racial, embora isso seja intencionalmente omitido para conferir-lhe uma aura de universalidade e de referência a ser alcançada pelos outros agrupamentos humanos. O projeto de racialização constrói as identidades a partir de uma “lógica oposicional” (MOREIRA, 2020, p.43), em que um grupo é o padrão nas dimensões culturais, políticas, históricas e econômicas, enquanto o outro existe em sua oposição, ou seja, concentrando todas as características indesejáveis. Nessa relação, à identidade racial branca são atribuídos diversos aspectos positivos, como superioridade cultural e moral, beleza e sucesso econômico, enquanto o discurso das teorias racistas colocam o negro como desprovido de inteligência e humanidade. Segundo Moreira (2020, p.43) o racismo “cumpre então um papel central nesse processo, pois cria e propaga imagens culturais destinadas a justificar hierarquias sociais entre negros e brancos”.

O eurocentrismo, ideologia que coloca a Europa como centro geográfico e cultural do mundo, foi um dos mecanismos discursivos utilizados para legitimar o domínio colonial, ao estabelecer a branquitude como padrão normativo. Nesse sentido, Moreira (2022, p.43) aponta que “ao serem alçados a perspectivas universais”, esses discursos “tornaram pessoas brancas parâmetros implícitos da representação do que seja o humano, embora isso permaneça encoberto”. No entanto, a subjugação da população negra no Brasil não termina com o fim do período de colonização. Isso porque, mesmo após a independência do país em 1822, as narrativas racistas foram ganhando novas roupagens e continuaram a reproduzir concepções que colocavam o negro como cidadão de segunda classe, negando-lhe direitos básicos e inferiorizando a cultura e a intelectualidade produzida por essas pessoas. Exemplo disso são as teorias eugenistas do final do século XIX e início do século XX, que transformaram o branqueamento da população em um projeto de construção da identidade nacional, e a ideologia da democracia racial, que sustentava que a miscigenação havia produzido no Brasil uma sociedade harmoniosa, sem tensões ou conflitos raciais.

Oliveira (2021) destaca dois expoentes do racismo científico no Brasil do século XX: os médicos João Baptista Lacerda e Nina Rodrigues. Este, influenciado pelas ideias do criminólogo italiano Cesare Lombroso, publicou, em 1894, *Mestiçagem, Degenerescência e Crime*, livro em que desenvolvia a tese de que o mestiço e o negro eram naturalmente delinquentes e, por isso, deveria haver um código criminal específico para essa população. Já Lacerda, durante o Congresso Mundial das Raças realizado em Londres no ano de 1911, faz uma defesa positiva da miscigenação, apontando-a como uma “solução brasileira” para a “evolução da espécie” por meio do branqueamento da população (OLIVEIRA, 2021, p.138).

Essa concepção positiva a respeito da miscigenação é retomada em outros termos, principalmente a partir da década de 1930, pelos defensores da democracia racial.

1.3 O mito da democracia racial e o racismo estrutural

A ideologia da democracia racial propõe que no Brasil houve um processo de miscigenação muito particular, em que as três raças que compõem a população – indígenas, africanos e europeus – ao invés de produzirem antagonismos entre si, aprenderam a conviver cordialmente. O sociólogo Gilberto Freyre, autor de *Casa-Grande & Senzala* (1933), é apontado como um dos principais precursores dessa ideia. Ele defendia que, no Brasil, o branco “misturou-se” aos negos e indígenas de forma harmoniosa, isso porque o colonizador português, diferentemente dos de outras nacionalidades, teria uma predisposição à cordialidade e, assim, “foi misturando-se gostosamente com as mulheres de cor logo no primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços” (FREYRE, 2003, p.70).

Segundo Oliveira (2021) essa concepção freyreana posiciona a família como ambiente central onde as regulações e negociações entre os antagonismos de raça e classe aconteceram, formando o base da sociabilidade brasileira: “para Freyre, tais relações (que incluem tanto os membros da Casa Grande como da senzala) equilibram seus antagonismos de raça e classe por conta das relações pessoais, formando uma determinada singularidade cultural” (OLIVEIRA, 2021, p.141). No entanto, intelectuais negros vão rechaçar essa ideia, indicando que sempre houve resistência por parte da população negra em relação à essa assimilação cultural e que a ideologia da democracia racial – apontada pelo movimento negro como um mito – na verdade serviu como mecanismo para manter a posição de poder e os privilégios dos descendentes de europeus após o fim da escravidão.

A visão positiva e até mesmo romantizada da miscigenação ignora, por exemplo, um fator muito relevante: em grande parte, a miscigenação deu-se por meio de relações sexuais não consensuais, que foram naturalizadas durante o período escravocrata brasileiro – isto é, a “miscigenação é fruto de relações de estupro” (ARAÚJO, 2021, p.62). Angela Davis (2016), ao falar sobre as mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos, que conviveram com condições semelhantes às aquelas abusadas por seus senhores no Brasil, explica que o estupro era “uma arma de dominação, uma arma de repressão cujo o objeto oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar os companheiros” (DAVIS, 2016, p.26). Portanto, é de se questionar a suposta cordialidade que teria caracterizado a relação entre os grupos racializados no Brasil.

Ao longo da história, pensadores negros contestaram essa ideia do equilíbrio de antagonismos e da convivência harmoniosa entre os grupos raciais no país. Moura (2014, p.184) defende que a “miscigenação (fato biológico) não criou uma democracia racial (fato sociopolítico)”, na medida em que mecanismos sociais de dominação, estruturas e técnicas de barragem e sanções religiosas e ideológicas funcionaram como estratégias que determinaram o “imobilismo ou semimobilismo” social, cultural e político dos negros, impedindo que estes ocupassem espaços de prestígio. No mesmo sentido, Gonzalez (2020) aponta que o mito da democracia racial serviu, na verdade, para encobrir a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil:

Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolismo”, “infantilidade” etc. ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores (GONZALEZ, 2020, p.38)

Nesse sentido, entende-se que a ideologia da democracia racial gera uma despolitização do problema do racismo, ignorando sua dimensão estrutural. Assim, Oliveira (2021, p.143) afirma que a ideia é “extremamente perigosa”, porque gera o “deslocamento do problema do racismo da dimensão política e econômica para a do comportamento”. É nesse âmbito que o discurso da pretensa convivência harmoniosa entre as raças será resgatado para justificar, por exemplo, a não extensão dos direitos trabalhistas para empregadas domésticas, já que essas não seriam trabalhadoras, mas sim, amigas da família, ou a resistência à implementação de cotas raciais para ingresso no ensino superior ou no mercado de trabalho.

No Brasil, e em outros países com o passado atravessado por longos processos de escravização, o racismo foi determinante para definir as posições de inserção econômica e, consequentemente, consolidar os papéis sociais a serem ocupados por brancos e negros, mesmo após a abolição da escravatura. Assim, o racismo não é meramente uma atitude individual ou comportamental, mas, sim, uma ideologia que atravessa e determina todas as estruturas do país. O racismo é, portanto, estrutural – é a regra, não a exceção. Oliveira (2021, p.64) explica que o racismo é estrutural porque “cimenta as relações sociais particularmente em um país atravessado historicamente por mais de três séculos de escravização de africanos abolida de forma conservadora tardiamente”. Ele acrescenta que, nesse contexto, é necessário compreender o racismo como “produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas” (OLIVEIRA, 2021, p.67), o que é corroborado por Gonzalez (2020) nos seguintes termos:

É nesse sentido que o racismo — enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas — denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social (GONZALEZ, 2020, p.35).

Diante do exposto, entende-se que em um país de herança escravocrata, discutir a questão racial é essencial para compreender as desigualdades sociais persistentes. O racismo é o elemento estruturante da sociedade brasileira e, portanto, é central na determinação dos indicadores socioeconômicos. O IBGE já elaborou duas edições, em 2019 e 2022, do estudo que trata dessa questão, a pesquisa *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Nos documentos, percebe-se que a população negra, apesar dos avanços, principalmente no que diz respeito ao ingresso no ensino superior, ainda continua com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento (IBGE, 2022).

De acordo com a edição mais recente do estudo, em 2021, considerando-se a linha de pobreza monetária proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6% entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e entre os pardos (38,4%). No mesmo ano, a taxa de informalidade da população ocupada era 40,1%, sendo 32,7% para os brancos, 43,4% para os pretos e 47,0% para os pardos, enquanto o rendimento médio dos trabalhadores brancos (R\$3.099) superava muito o de pretos (R\$1.764) e pardos (R\$1.814). Mais da metade (53,8%) dos trabalhadores do país em 2021 eram pretos ou pardos, mas esses grupos, somados, ocupavam apenas 29,5% dos cargos gerenciais, enquanto os brancos ocupavam 69,0% deles (IBGE, 2022, p.4-6).

Esses dados tornam nítidas as razões pelas quais o movimento negro brasileiro tem lutado, ao longo de décadas, por políticas reparatórias e de inclusão social para as pessoas pretas e pardas. Fundado em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU) teve uma atuação fundamental para que algumas pautas centrais para a população negra fossem incluídas na Constituição Federal de 1988: o objetivo de superação dos preconceitos e a criminalização do racismo (PIRES, 2013). A Carta Magna também incorporou como deveres do Estado brasileiro a proteção às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras (Art. 215, § 1º, CRFB) e a inclusão das contribuições de diferentes “culturas e etnias” no ensino da História (Art. 215, § 1º, CRFB). No entanto, grupos políticos conservadores conseguiram barrar os dispositivos que estabeleciam expressamente as políticas de ação afirmativa (CORBO, 2024, p.45-46), como as cotas raciais, que só se tornaram uma realidade a partir dos anos 2000.

2 UMA UNIVERSIDADE MAIS NEGRA?

A Universidade de Brasília (UnB), inaugurada em 21 de abril de 1962, nasce dois anos após a inauguração da nova capital com o propósito de formar cientistas e técnicos comprometidos com o desenvolvimento científico e a transformação social do país, capazes de propor soluções democráticas para problemas socioeconômicos. O anseio por um ensino superior com espírito inovador marca a história da universidade desde os primórdios, como aponta o Plano Orientador da UnB, publicado no ano de inauguração e em vigor até os dias atuais. O documento projeta que só uma universidade nova, inteiramente planejada e estruturada em bases flexíveis, seria capaz de abrir perspectivas de pronta renovação do ensino superior brasileiro (UNB, 1962).

Essa índole inovadora e comprometida com a justiça social esteve presente quando a UnB foi pioneira ao, em 2003, ser a primeira instituição de ensino superior federal a implementar ações afirmativas que garantiram o aumento do ingresso de estudantes de grupos raciais historicamente excluídos no país, como pessoas negras – o que inclui pardos e pretos, segundo classificação do IBGE – e indígenas. Apesar de alguma resistência inicial por parte da sociedade, a política de cotas da UnB foi bem sucedida e, assim, serviu de modelo para que outras instituições de ensino adotassem ações afirmativas semelhantes.

A reverberação do exemplo criado pela UnB deixou de dar frutos apenas pontuais, em algumas outras universidades, e tornou-se uma política pública do Estado brasileiro a partir da publicação da lei 12.711/2012, a Lei de Cotas, que criou a obrigatoriedade de reserva de vagas para alunos pobres, oriundos de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência em todas as instituições públicas de ensino superior do Brasil (BRASIL, 2012). Segundo a professora Dione Moura, em entrevista ao jornal *Brasil de Fato DF* em junho de 2023, a política de ações afirmativas da UnB gerou “uma modificação e transformação em todo o Brasil”, concretizando a agenda de compromissos sociais e a proposta de ser uma universidade transformadora, diretrizes pensadas por Darcy Ribeiro, um dos fundadores da instituição (MOURA, 2023).

Em 6 de junho de 2003, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UnB aprovou o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial. O documento estabelecia que 20% das vagas do vestibular da instituição seriam reservadas para estudantes negros, além de prever a reserva de vagas para indígenas, de acordo com demanda específica. Este

percentual foi readaptado, posteriormente, com a criação da legislação federal. O plano foi resultado de uma intensa mobilização do movimento negro e de discussões que ocorriam em todo o país após a participação do Brasil na Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001.

Moura (2023), relatora do projeto que deu origem à política de cotas na UnB, destaca que os debates propostos pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e a atuação do EnegreSer, coletivo de estudantes negros e negras da instituição, foi essencial para a criação das ações afirmativas. Segundo ela, o primeiro edital de ingresso com vagas reservadas para cotistas, lançado em março de 2004, foi construído por muitas mãos, em reuniões amplas entre a comissão de implementação do plano de integração e o movimento negro estudantil, além de deputados, senadores e representantes do Judiciário.

Inicialmente, a implementação de cotas raciais na UnB sofreu algumas resistências, principalmente externas. Em julho de 2009, a política de ações afirmativas da instituição chegou a ter sua constitucionalidade discutida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo alegações feitas pelo partido Democratas (DEM) na Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais 186 (ADPF/186)⁶, as cotas raciais violariam preceitos constitucionais, como o princípio da igualdade. O caso foi julgado pela Corte em abril de 2012 e todos os ministros aprovaram o parecer do relator, o então ministro Ricardo Lewandowski, favorável à constitucionalidade das cotas raciais. Segundo ele, a política de ações afirmativas da UnB “não contraria – ao contrário, prestigia – o princípio da igualdade material” e é uma forma de buscar reverter “o quadro histórico de desigualdade que caracteriza as relações étnico-raciais e sociais em nosso país” (BRASIL, 2012, p. 1-2).

Já o ministro Gilmar Mendes, em seu voto no âmbito da ADPF/186, elencou uma série de legislações federais e normas internacionais que legitimam a implementação de cotas raciais no Brasil. Dentre elas, o magistrado cita o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.228/10, que em seu artigo 14 estipula que, no âmbito do direito à educação da população negra, “o poder público adotará programas de ação afirmativa”, e o Plano Nacional de Educação de 2001 a 2011, instituído pela Lei nº 10.172/01, que dentre os objetivos e as metas

⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais 186**. Atos que instituíram sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial (cotas) no processo de seleção para ingresso em instituição pública de ensino superior. Alegada ofensa aos arts. 1º, caput, iii, 3º, iv, 4º, viii, 5º, i, ii xxxiii, xli, liv, 37, caput, 205, 206, caput, i, 207, caput, e 208, v, todos da constituição federal. Ação julgada improcedente. Relator: Min Ricardo Lewandowski, 24 de junho de 2012. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>>. Acesso em 2 fev. 2025.

para o ensino superior, destaca a criação de políticas que facilitem “às minorias, vítimas de discriminação”, o acesso à educação superior (BRASIL, 2012, p. 14-15).

Moura (2023) afirma que a resistência da opinião pública, externada em artigos de jornais, debates e audiências públicas, foi grande porque a sociedade brasileira não estava preparada para admitir que é racista e que a raça é um elemento central na possibilidade de acesso a direitos como saúde, educação e emprego:

[Houve grande] resistência, incompreensão, porque primeiro para admitir que precisamos de ações afirmativas, é preciso admitir que existe o racismo e, até aquele momento, a opinião pública brasileira não admitia que existia racismo. [...] Para admitir [as cotas] a opinião pública teria que admitir que essa prática do racismo gerava desigualdades, inclusive no acesso à educação e esses eram pressupostos que a opinião pública não estava preparada para assumir. [...] Porém, os dados diziam o contrário. Os dados diziam que a desigualdade de acesso à educação tinha sim um fator étnico-racial e aos poucos o debate foi avançando e a compreensão cresceu (MOURA, 2023, p.1).

Segundo reportagem⁷ publicada na 27ª edição da revista *Darcy*, em junho de 2003, a edição impressa do *Jornal do Brasil* destacava que a UnB tinha apenas 2% de graduandos negros. Atualmente, as estatísticas confirmam o que é possível ver em uma caminhada pelos corredores da universidade: a UnB é mais plural do que há 20 anos. De acordo com o *Anuário Estatístico*⁸ mais recente, divulgado em novembro de 2024, cerca de 67% dos estudantes da UnB se autodeclaram negros.

O documento, produzido pela instituição com dados do Censo da Educação Superior referentes ao segundo semestre de 2023, mostra que dos 39.770 alunos regulares registrados nos cursos de graduação da UnB, 23.727 (59,66%) se autodeclaram pardos e 3.005 (7,55%) se reconhecem como pretos, enquanto 149 (0,37%) se identificam como indígenas. No mesmo ano, 12.609 (31,7%) estudantes se autodeclaram como brancos e 276 (0,69%) como amarelos. Dois alunos não quiseram declarar cor. O Anuário aponta também que dos 258 estudantes do curso de Jornalismo da UnB em 2023, 155 (60,07%) se autodeclararam pardos, 27 (10,46%) pretos, 74 (28,68%) brancos 1 amarelo (0,38%) e 1 indígena (0,38%) (UNB, 2024).

O mesmo documento traz ainda o número de alunos regulares em 2023 que ingressaram na UnB por cada modalidade de cotas: 13.888 (50,1%) por cota de escola pública, 7.020 (25,3%) por cota étnica, 6.617 (23,9%) por cota social/renda familiar, e 179

⁷ SALOMÃO, Matheus. Pioneira, inclusiva e democrática. **Revista Darcy**, UnB, Brasília, ed. nº 27, abr-ago, 2022. Disponível em: <<https://revistadarcy.unb.br/educacao-n-27/dossie/182-pioneira-inclusiva-e-democratica>>. Acesso em 02/02/2025.

⁸ UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO). **Anuário Estatístico 2024**. Brasília: nov, 2024. Disponível em: <<https://anuario2024.netlify.app/grad>>. Acesso em 02/02/2025

(0,6%) por meio de vagas reservadas para pessoas com deficiência (UNB, 2024). O Anuário não traz estatísticas referentes à raça de alunos da pós-graduação nem de docentes.

Em agosto de 2012, foi sancionada a lei 12.711, transformando as ações afirmativas para ingresso no ensino superior em uma política nacional. A Lei de Cotas prevê que 50% das vagas das universidades públicas sejam reservadas para alunos que tenham cursado o ensino médio na rede pública. Desse total, metade ainda era destinada para estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos. A quantidade de vagas reservadas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas e pessoas com deficiência é estipulada de acordo com a proporção destes grupos populacionais na unidade federativa onde está situada a universidade, segundo o censo do IBGE (BRASIL, 2012).

Em outubro de 2023, durante a primeira revisão da Lei de Cotas, o limite de renda para ter direito à cota social foi alterado para até um salário mínimo. Outra mudança foi a ampliação da política de cotas para a pós-graduação e a inclusão de estudantes quilombolas (BRASIL, 2023). Nestes dois quesitos, a UnB, novamente, foi pioneira. A reserva de 20% das vagas nos programas de pós-graduação da instituição para alunos negros foi aprovada em junho de 2020. Já em abril de 2023, antes da revisão da lei federal, a UnB anunciou o primeiro processo seletivo com cotas específicas para quilombolas.

Em 2018, pela primeira vez, os estudantes negros eram maioria (50,3%) nas instituições públicas de ensino superior – número que ainda retratava uma subrepresentação, já que pretos e pardos constituíam 55,8% da população geral, “o que respalda a existência das medidas que ampliam e democratizam o acesso à rede pública de ensino superior” (IBGE, 2019, p. 9). Sendo assim, tendo em vista os dados apresentados neste capítulo, conclui-se que a política de ação afirmativa de cotas raciais tem sido bem sucedida, pois contribui para o aumento do ingresso de pessoas negras no ensino superior.

A presente pesquisa busca entender como o impacto da chegada de mais alunos negros impactou especificamente o curso de Jornalismo da UnB, e especialmente no que diz respeito ao currículo. Portanto, cabe traçar um breve panorama de como as epistemologias negras se relacionam com o campo da Comunicação no Brasil.

2.1 Epistemologias negras na Comunicação

Os meios de comunicação brasileiros são uma das instituições responsáveis por veicular e reforçar a ideologia da democracia racial e os ideais de superioridade branca, contribuindo para um imaginário social racista. Por isso, se o objetivo é a construção de uma

sociedade antirracista, a importância das epistemologias negras no ensino de Comunicação torna-se evidente. No entanto, a inclusão da temática racial no ambiente acadêmico ainda está longe de ser uma realidade. Os saberes negros são intencionalmente marginalizados em todos os níveis educacionais, conforme aponta Nascimento (1978):

O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nessa estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro — elementar, secundário, universitário — o elenco das matérias ensinadas [...] constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo foram ou são ensinados nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra (NASCIMENTO, 1978, p.95).

Nesse sentido, entende-se que os currículos escolares e acadêmicos ainda reforçam o eurocentrismo, dando maior espaço para as teorias e as narrativas contadas a partir do ponto de vista da Europa, ou seja, do colonizador. Tanto Queiroz (2019) quanto Gonzalez (2020) afirmam que os conhecimentos negros foram, ao longo da história, invalidados no campo da ciência. Nesse contexto, os saberes não-europeus são tratados como exóticos e transmitidos de forma estereotipada, reforçando um suposto caráter mítico ou selvagem. A inferiorização dos conhecimentos negros e indígenas, e o consequente epistemicídio, foram mecanismos do racismo à brasileira na busca do embranquecimento de corpos e de mentes.

Sabemos que o colonialismo europeu, nos termos com que hoje o definimos, configura-se no decorrer da segunda metade do século XIX. Nesse mesmo período, o racismo se constituía como a “ciência” da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental. Vale notar que tal processo se desenvolveu no terreno fértil de toda uma tradição etnocêntrica pré-colonialista (séculos XV-XIX) que considerava absurdas, supersticiosas ou exóticas as manifestações culturais dos povos “selvagens”. Daí a “naturalidade” com que a violência etnocida e destruidora das forças do pré-colonialismo europeu se fez abater sobre esses povos (GONZALEZ, 2020, p.129)

Gonzalez (2020) aponta ainda que, por muito tempo, o negro foi tratado apenas como objeto de estudos, muitos dos quais foram responsáveis por reproduzir o discurso racista, e não como sujeito capaz de produzir conhecimento: o negro é “infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele [pelo discurso racista]” (GONZALEZ, 2020, p.4). De acordo com a filósofa e escritora Sueli Carneiro, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio também é um processo de indigência cultural produzida:

pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro

como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado” (CARNEIRO, 2005, p.97).

Sendo assim, recorrer à práticas e saberes enegrecidos, que recusam a visão eurocêntrica como narrativa única sobre o mundo, é uma forma de resistência e de valorização das vidas negras. De acordo com Queiroz (2019), as epistemologias negras, de forma geral, apresentam duas características: além de serem teorias escritas por autoras e autores negros, o seu conteúdo precisa ter o compromisso de trazer uma visão “antirracista, anticolonial e insurgente” (QUEIROZ, 2019, p.144). O autor destaca ainda que o conhecimento negro também se materializa em outros formatos para além daquele que é hegemonicamente legitimado como ciência, seja através da escrita, da oralidade ou do corpo. Assim, ele propõe que os ensinamentos transmitidos por meio da dança, da música, da contação de histórias, dos mitos e da espiritualidade – que no Brasil negro se materializam, por exemplo, na capoeira, no samba, no rap e no candomblé – também sejam considerados conhecimento em seu sentido amplo, tendo “validade equânime ao que se aprende nas universidades” (QUEIROZ, 2019, p.156).

No campo de produção acadêmica da Comunicação, a temática racial ainda não conquistou a centralidade devida, embora esse processo tenha ganhado fôlego nos últimos anos. De acordo com a nota editorial do Dossiê da revista *Animus* sobre Comunicação, Identidades Raciais e Racismo, Thiago Ansel e Erly Guedes realizaram um levantamento de teses e dissertações defendidas em um período de 24 anos, entre 1990 e 2014, nos programas de pós-graduação em Comunicação filiados à Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação) com o objetivo de identificar quantas tinham como foco identidades e relações raciais. Essa pesquisa mostrou que dos 35 programas que disponibilizaram seus trabalhos online, cinco apresentaram um percentual de teses e dissertações sobre a questão racial “superior a 10% (considerando a totalidade da produção discente de cada programa)”, número considerado pequeno pelos autores. “Três desses programas se encontram na região sudeste (UFRJ, UFF e UFJF), um no centro-oeste (UFG) e um no norte (UFPA)”, concluem os pesquisadores (SOVIK; ANSEL, 2015, p. 2).

Embora ainda marginalizados nos currículos formais das instituições de ensino, os pensares negros na Comunicação já existem pelo mundo “desde nosso primeiro ancestral”

(QUEIROZ, 2019, p.149), com forte tradição de oralidade. O autor afirma que, em geral, a temática racial é ignorada pelo *mainstream* das pesquisas em Comunicação e que a academia ainda é um ambiente de violência, silenciamento, epistemicídio e não acolhimento para pesquisadoras e pesquisadores negros. No entanto, o pesquisador acredita que essa situação “tende a ficar insustentável” (*Ibidem*, p.146) graças às ações afirmativas que têm garantido o acesso de mais pessoas pretas e pardas à universidade, inclusive, ainda que mais recentemente, na pós-graduação.

Melo (2023) realizou uma análise de trabalhos publicados em anais de quatro eventos científicos nacionais da área da Comunicação nos anos de 2022 e 2023, para identificar as tendências de pesquisa em Comunicação e relações raciais no Brasil. Assim, o autor identificou 67 artigos com essa temática, sendo que 76,11% dos trabalhos foram publicados em universidades dos estados do Rio de Janeiro (13), Bahia (11), São Paulo (9), Minas Gerais (7), Paraná (7) e Rio Grande do Norte (4). Por outro lado, a pesquisa apontou poucos estudos sobre o tema nas nas regiões Centro-Oeste (3, sendo 2 do Distrito Federal e 1 do Mato Grosso) e Norte (1, no estado do Pará). Outros 12 estados não tiveram nenhum trabalho (MELO, 2023, p.14). A pequena quantidade de pesquisas sobre o tema no Distrito Federal, ente federativo em que a UnB, objeto desta pesquisa, fica localizada, pode ter relação com os resultados que serão apresentados a seguir em relação à relativa ausência de referências bibliográficas de temática racial no currículo do curso de Jornalismo.

A predominância de autores(as) da diáspora africana nos 67 artigos analisados por Melo (2023) foi um dos aspectos destacados na pesquisa no sentido de sinalizar que está em curso a consolidação de uma perspectiva antirracista nos estudos em Comunicação, que levam em conta a importância “do protagonismo de referências críticas ao pensamento colonial” (p.15). Para o autor, esse esforço foi potencializado com a criação de grupos de estudos (GTs) específicos sobre a temática racial no interior de associações científicas de Comunicação, fruto da mobilização de pesquisadores(as) negros(as) para superar o epistemicídio. O pesquisador também dá destaque a política de ações afirmativas nesse contexto:

É fundamental destacar que essa mobilização não pode ser compreendida desconsiderando as políticas afirmativas na educação superior pública no país, sobretudo a política de cotas raciais para ingresso nas universidades e institutos federais de educação, que completaram uma década este ano, e as iniciativas, já implementadas por alguns programas de pós-graduação, de cotas para pessoas negras e indígenas em cursos de mestrado e doutorado. Não menos importante, é essencial afirmar que essas políticas resultam de reivindicações de décadas das organizações do movimento negro (MELO, 2023, p.16).

Com as cotas, inegavelmente, as universidades brasileiras tornaram-se mais plurais. Mas, ao mesmo tempo, a entrada de mais alunos pobres, negros, indígenas e com deficiência trouxe novos desafios acadêmicos, conforme explicou Nilma Lino Gomes, ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos de 2015 a 2016, em entrevista⁹ a *Revista Educação*:

Os sujeitos diversos chegaram com tudo: com sua corporeidade, ideologias, opções políticas, conhecimentos, identidades, religiosidades, visões de mundo e experiências construídas na resistência, na sobrevivência. E tudo isso impacta a universidade como um todo. Impacta o currículo porque, atualmente, não se pode mais dar aula como se dava nos anos 80. No terceiro milênio, no contexto das ações afirmativas e da modalidade cotas, não só os sujeitos mudaram, mas a própria circulação, as indagações sobre o conhecimento são outras. Cada vez mais a ciência moderna está sendo tensionada a entender que há um conjunto de outros saberes e visões de mundo pertencentes aos sujeitos diversos, que confrontam e enriquecem o próprio cânone (GOMES, 2023, p.1).

Garantir que esses estudantes tenham condições de manter-se na universidade e de concluir a graduação impõe às instituições de ensino a necessidade de atualização contínua das políticas de permanência, assegurando alimentação, transporte, moradia, acesso à material didático – especialmente em cursos que demandam materiais específicos para aulas práticas, com custo elevado e necessidade constante de aquisição, como Odontologia, Medicina e Arquitetura – e outros direitos sociopedagógicos.

A chegada dessa nova leva de discentes também traz tensionamentos aos currículos das universidades. Os alunos anseiam por encontrar, nas referências usadas em sala de aula, as questões que os atravessam diariamente: os modos afro-brasileiros, indígenas e quilombolas de ser e estar no mundo, bem como as tensões que eles implicam, como o racismo. É um chamado para a descolonização do conhecimento acadêmico e o reconhecimento de saberes que rompem com a visão eurocêntrica da história.

A incompreensão ou mesmo ignorância em relação à importância das questões raciais para a determinação da desigualdade no acesso à direitos, que certamente era ainda maior antes da política de ações afirmativas, foi um dos fatores que levou à resistência de uma parte da população em relação à implementação das cotas raciais para ingresso no ensino superior. Para Sodré (2015), a discussão sobre essa política afirmativa, desde o início, enfrentou forte obstáculos de setores da sociedade, que ancorados na ideologia da democracia racial e apoiados por parte de imprensa, argumentavam contra as cotas:

É que no *status quo* tradicional, negro podia receber a benevolência da consciência do sujeito de pele clara “não racista”, com a devida distância territorial,

⁹ GOMES, Nilma Lino. Nilma Lino Gomes: descolonizar o conhecimento para incluir saberes indígenas e negros. [Entrevista concedida a] Laura Rachid. **Revista Educação**, edição 292, [S.I.], 03 abr. 2023. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2023/04/03/nilma-lino-gomes/>. Acesso em: 06/02/2025.

entendendo-se território desde a corporeidade individual até o espaço interativo das relações pessoais e profissionais – na prática o princípio de “cada macaco do seu galho”. As ações afirmativas por parte do governo eram interpretadas como um sinal para a separação entre brancos e negros na paisagem “cordial” do país e, portanto, para possíveis “guerras” raciais futuras (SODRÉ, 2015, p.315)

Nesse sentido, percebe-se que a ideia de que existe, desde a época da colonização, uma convivência harmônica entre os grupos raciais no Brasil, da qual a miscigenação seria a maior prova, embora já tivesse sido duramente criticada pelo movimento negro, foi resgatada para questionar legitimidade das cotas raciais. Enquanto aqueles que atacavam essa política de ações afirmativas diziam que o faziam para evitar um “retrocesso civilizatório de ‘racializar’ a população” (SODRÉ, 2015, p.312) ou sob argumentos relacionados à meritocracia, na verdade, o que, eles de fato não queriam era abrir mão dos privilégios históricos.

2.2 Comunicação e questões raciais no Brasil

Na área da Comunicação, a presença de autoras e autores negros e de temáticas raciais nos currículos acadêmicos traz uma camada a mais de relevância, já que boa parte dos futuros profissionais egressos desses cursos atuarão, em alguma medida, na instituição capaz de produzir influência significativa na opinião pública e no imaginário social: a mídia. A partir de um olhar interseccional, a problemática dos estereótipos negativos propagados nos meios de comunicação foi traduzida pela intelectual e feminista Lélia González (2020), com foco na experiência de mulheres negras, nos seguintes termos:

[...] pode-se concluir que a discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão. Em termos de educação, por exemplo, é importante enfatizar que uma visão depreciativa dos negros é transmitida nos textos escolares e perpetuada em uma estética racista constantemente transmitida pela mídia de massa. Se adicionarmos o sexismo e a valorização dos privilégios de classe, o quadro fica então completo (GONZÁLEZ, 2020, p.160).

Para Sodré (2000, p.245-246), é possível falar na existência de um “racismo midiático”, que se expressa por meio de quatro fatores: 1) a negação, já que os meios de comunicação, aderindo ao discurso da democracia racial, tendem a negar ou omitir a existência do racismo; 2) o recalcamento de aspectos identitários positivos de origem negra em manifestações culturais, como a música e a arte; 3) a estigmatização, que leva a propagação de uma identidade negra construída com base em preconceitos; e 4) a indiferença profissional, isto é, uma mídia movida por interesses econômicos e de lucratividade que não se importa com questões como a discriminação racial.

Neste último aspecto, o autor também destaca a reduzida presença de jornalistas negros(as) nas redações dos jornais brasileiros. De acordo com o *Perfil Racial da Imprensa Brasileira*¹⁰, pesquisa realizada pela equipe dos Jornalistas&Cia em parceria com o Portal dos Jornalistas e o Instituto Corda, apenas 20,1% dos jornalistas das redações brasileiras são negros (pardos e pretos), contra uma maioria de 70,6% de pessoas brancas. A presença de pessoas negras no jornalismo brasileiro é, portanto, quase três vezes menor do que a de jornalistas autodeclarados brancos. O Nordeste é a região que mais apresenta profissionais negros (39%), seguida por Norte (25%), Centro-Oeste (21%), Sudeste (20%) e, com a menor taxa, Sul (5%) (JORNALISTAS&CIA, 2021).

Nesse sentido, entende-se que as questões raciais na mídia brasileira são tratadas, principalmente, a partir de dois lugares: o silenciamento e a estigmatização. Em relação ao primeiro aspecto, Araújo (2021) destaca que as vivências do cidadão negro de fato estão presentes nos meios de comunicação da atualidade, mas isso não garante que elas sejam abordadas com profundidade de modo a contribuir com a discussão da temática racial na sociedade, “pois muitas vezes são tratados como fatos isolados, estereotipados e sem que necessariamente esteja presente a ótica racial negra, seja pela ausência de personagens ou especialistas negros nas narrativas” (ARAÚJO, 2021, p. 116). Para o autor, esse silenciamento seria uma expressão da reprodução do mito da democracia racial na cobertura midiática.

Já no que diz respeito à estigmatização da população negra nos meios de comunicação, é perceptível que as narrativas midiáticas são repletas de estereótipos raciais negativos. Os homens negros, por exemplo, são representados como pessoas que não gostam de trabalhar, com comportamentos problemáticos, como abuso de álcool e drogas, e agressivos. Já as mulheres negras costumam ser retratadas de forma hiperssexualizada ou infantilizada. Segundo Moreira (2020, p.101) “essas representações criam sentidos que são reproduzidos em diversas áreas da vida social, definindo, entre outras coisas, a percepção das pessoas sobre quais grupos merecem atenção estatal e apreço social”. O autor evidencia que a invisibilização de grupos raciais minorizados também constrói imagens negativas, já que cria no imaginário social “a percepção de que apenas pessoas brancas podem ocupar posições de destaque” (Ibidem, p.100).

Assim, percebe-se que a mídia reproduz estereótipos racistas, que naturalizam opressões vivenciadas por pessoas negras no Brasil. De acordo com Pilar (2021, p.60), os

¹⁰ JORNALISTAS&CIA. Perfil Racial da Imprensa Brasileira. **Jornalistas&Cia – edição especial**: ed 1.334A, 19 nov de 2021. Disponível em: <https://www.jornalistasecia.com.br/edicoes/jornalistasecia1334A.pdf>. Acesso em: 05/02/2025

estereótipos são essencializações da realidade, ou seja, é o fenômeno que reduz um grupo específico de pessoas a determinadas características, que são simplificadas e exageradas, como se fossem naturais, com o objetivo de apontá-lo como o diferente e, portanto, inaceitável.

Gonzalez (2020, p.82-92), tratando especificamente da mulher negra no Brasil, aponta que ela foi historicamente associada a três estereótipos, que reproduzem a associação nefasta entre racismo e sexismo: 1) a doméstica, que diz respeito a como ela é vista no cotidiano, a negra anônima, responsável pelas prestações de bens e serviços; 2) a mulata, que surge quando a doméstica perde seu anonimato, em situações como o carnaval, e passa a ser adorada e admirada pelos seus atributos físicos e sexuais; 3) por fim, o estereótipo da mãe-preta representa aquele em que a mulher negra é vista, pelos brancos, como exemplo extraordinário de amor e dedicação incondicionais. Essas representações distorcidas fazem com que a mulher negra, ainda hoje, seja vista como aquela que deve dar conta de tudo e de todos (a doméstica), associada às tarefas de cuidado, sendo sempre compreensiva mesmo que isso signifique aceitar abusos (a mãe-preta), ao mesmo tempo em que é hiperssexualizada (a mulata).

Diante do exposto, entende-se a importância da abordagem de epistemologias negras nos cursos de Comunicação, de forma a contribuir para que discursos racistas e colonialistas não sejam mais reproduzidos na mídia. Nesse sentido, Araújo (2021, p.119) evidencia a questão do jornalismo que, “com sua busca pela pluralidade precisa compreender o papel da representação racial nas diversas temáticas que aborda, pois o olhar dos povos negros contribui com uma compreensão mais plural de Brasil”. Assim, o autor apresenta um instrumento importante na luta contra o racismo estrutural por meio da construção de narrativas de uma negritude protagonista: a imprensa negra.

A imprensa negra é composta por meios de comunicação em que “o negro é apresentado como um ator social, com voz no processo” (ARAÚJO, 2021, p.73). O primeiro jornal negro surge antes mesmo do fim da escravidão e poucos anos depois da criação do primeiro jornal do Brasil. Este, o *Correio Braziliense*, é criado em 1808, e o primeiro pasquim negro *O Homem de Cor*, em 1833 (PINTO, 2010, p. 24). A imprensa negra começa a se estabelecer com mais robustez nas primeiras décadas do século XX, junto com a institucionalização do movimento negro em grêmios, clubes e associações. Nesse contexto, em pleno auge da disseminação da ideologia da democracia racial, os jornais negros são “importantes instrumentos para colocar em pauta questões sobre a temática racial que a sociedade em geral e a imprensa tradicional se negavam a tratar”(ARAÚJO, 2021, p.80).

As organizações negras e, consequentemente, os jornais negros passam por períodos de forte repressão durante a ditadura do Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas em 1937, e ao longo do regime militar imposto de 1964 a 1985, mas seguem resistindo mesmo na clandestinidade (ARAÚJO, 2021, p.84). Com a chegada e a popularização da internet, a mídia negra contemporânea passa por um processo de expansão, tanto no que diz respeito à produção quanto no que tange ao alcance (Ibidem, p.89). Araújo (2021) conceitua a imprensa negra como sendo:

Veículos de comunicação focados na produção de conteúdo jornalístico em que o negro é apresentado como protagonista dos acontecimentos e discussões, ainda que estas não tenham relação direta com as questões raciais, destacando a expressão e a visão de mundo do negro sobre os diversos assuntos, contribuindo assim com a visibilidade da negritude, como também para com uma pluralidade de ideias no debate público (ARAÚJO, 2021, p.143).

Além de pautar os veículos tradicionais, que muitas vezes ignoravam as questões raciais ou abordavam-na a partir de uma visão simplista e pouco aprofundada, a imprensa negra, por meio do resgate da história de personalidades negras que tiveram contribuições importantes para o país, faz um trabalho essencial para a construção de uma memória da população negra como protagonista. Nesse sentido, Araújo (2021, p.147) afirma que “essas narrativas têm um papel fundamental na construção da memória coletiva sobre o que é ser negro no Brasil, compreendendo o papel de resistência desse povo sobre a escravidão e o histórico de exclusões e preconceitos vivenciados pelo povo negro na realidade brasileira”.

Assim, compreende-se que, enquanto a imprensa tradicional – aquela que ocupa um lugar hegemônico na sociedade brasileira, seja no que diz respeito a investimentos ou a audiências – possui um histórico de reprodução e legitimação da ideologia da democracia racial, silenciando e marginalizando as questões raciais, a imprensa negra combate o discurso racista. Para isso, dá espaço às vozes das pessoas pardas e pretas do Brasil, tanto propondo uma abordagem crítica às pautas que afetam negativamente a população negra, como a violência e a discriminação, quanto promovendo as demandas políticas desses autores sociais ou exaltando as conquistas e os legados desse grupo na história, na cultura, nas artes e em outras esferas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa utilizou duas abordagens metodológicas principais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, com o apoio dos estudos bibliométricos. A escolha por essa combinação metodológica visa garantir que os dados levantados na etapa quantitativa sejam analisados a partir de um embasamento teórico que versa sobre a importância das epistemologias negras na Comunicação.

A pesquisa bibliográfica e a documental se diferenciam quanto à fonte, uma vez que a primeira tem como foco documentos que já foram analiticamente tratados, enquanto a documental explora fontes primárias de informação. Portanto, a pesquisa documental utiliza métodos e técnicas de captação, compreensão e análise de dados que ainda não foram interpretados, com o propósito de “obter informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno” (LIMA JUNIOR et al., 2021, p. 42).

Já os estudos bibliométricos são um tipo de pesquisa documental, de caráter quantitativo, que utiliza técnicas estatísticas e matemáticas para identificar padrões e tendências na produção do conhecimento científico – por exemplo, quais são os autores mais citados em pesquisas de determinada área –, bem como lacunas. Seus resultados podem ser usados para “elaborar previsões e apoiar tomadas de decisão” (BERNARDINO; CAVALCANTE, 2011, p. 257). Para este trabalho, a compreensão desses estudos permitiu entrever ausências relacionadas à temática racial nas referências bibliográficas indicadas no curso de Jornalismo da UnB.

A depender dos indicadores bibliométricos utilizados, que são as categorias de análise de um estudo bibliométrico, é possível estudar e medir diferentes aspectos da literatura científica, como a prevalência de determinadas abordagens teóricas e temáticas, o número de publicações e de citações de determinado autor ou autora, bem como as redes de coautoria (MARQUES; MACULAN; SOUZA, 2023, p.2). Nesse sentido, a bibliometria é mais complexa do que o trabalho empreendido nesta pesquisa e, portanto, é utilizada apenas como apoio para desenvolver a análise documental.

A partir do exposto, o intuito deste trabalho é identificar a presença (ou ausência) da temática racial nas referências bibliográficas do curso de Jornalismo da UnB e realizar a heteroidentificação de raça dos autores dessas bibliografias, quando possível. O banco de dados analisado foi extraído das ementas das disciplinas do curso. Estes documentos foram obtidos por dois caminhos.

As ementas constam no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, elaborado em 2015. No entanto, elas podem ter suas respectivas bibliografias, sobretudo as complementares, atualizadas a cada semestre pelo docente responsável. Por isso, para uma maior acurácia do trabalho, todos os professores do Departamento de Jornalismo da FAC/UnB foram contatados, por e-mail e/ou WhatsApp, para solicitação do envio das ementas atualizadas das disciplinas que ofertaram durante o semestre de 2024.2. Nos casos em que não houve retorno, esta pesquisa utilizou as referências originais listadas no PPP de 2015.

Segundo o PPP, o curso de Jornalismo da UnB tem como um de seus princípios gerais oferecer “condições para uma aprendizagem crítica” (UNB/FAC, 2015) e é estruturado a partir de disciplinas obrigatórias, optativas e livres, sendo que o estudante precisa cumprir, para completar a graduação, 118 créditos (1770 horas) de matérias obrigatórias e 82 créditos (1230 horas) de matérias optativas, totalizando 200 créditos (3000 horas). Dentro dos créditos referentes às disciplinas optativas, o aluno é obrigado a cursar disciplinas introdutórias de outros cursos – como Introdução ao Direito, Introdução à Ciência Política, Cultura Brasileira, entre outras – para cumprir o eixo de fundamentação humanística do currículo. Além disso, o estudante pode optar por cursar outras disciplinas de diferentes graduações, que não as citadas anteriormente, e tê-las contabilizadas como “módulo livre”. Como o foco deste trabalho é investigar as bibliografias do Jornalismo, as disciplinas de outros cursos não foram analisadas.

Na análise documental, as referências bibliográficas de cada disciplina foram categorizada segundo os critérios: a) nome da obra; b) tipo de publicação (livro, artigo de revista, artigo publicado em Anais, etc); c) nome do(a)s autor(es)(a/as); d) raça do(a)s autor(es)(a/as); e) método de identificação da raça; f) ano de publicação da obra; e g) obra aborda a temática racial ou não.

Para identificar se a referência bibliográfica indicada aborda ou não a temática racial, foram utilizados os seguintes termos para pesquisa: “raça”, “racismo”, “negro”, “negritude”, “afro”, “afrobrasileiro”, “etnia”, “identidade”, “identidade racial”, “relações raciais”, “igualdade”, “igualdade racial”, “discriminação”, “discriminação racial”, “preconceito”, “preconceito racial”, “decolonialidade”, “empoderamento”, “empoderamento negro”, “antirracismo”, “antirracista” e “necropolítica”¹¹.

¹¹ A necropolítica, conceito desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, considera a raça como um elemento central para a definição das políticas de morte de um Estado: “o racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar.’ Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018, p. 18). Por essa razão, o termo foi incluído nesta pesquisa.

As contribuições de intelectuais e pesquisadores negros, evidentemente, não se restringem à temática racial. Por isso, quantificar o número de autoras e autores negros indicados nas ementas, independentemente da temática de suas obras, também foi um dos objetivos deste trabalho. Esta etapa enfrentou um grande desafio: atualmente, não há uma plataforma oficial ou banco de dados que compile de forma sistemática a raça de pesquisadores brasileiros. O *Lattes*, plataforma de currículos acadêmicos mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), não exige o preenchimento de informações a respeito de raça ou etnia durante o cadastro.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo censo demográfico do país, classifica a população brasileira em cinco categorias de cor/raça: preta, parda, branca, amarela ou indígena, sendo que os dois primeiros são computados como negros. A pesquisa é feita com base na autodeclaração, ou seja, a própria pessoa, ao ser questionada, pode se declarar como pertencente a uma dessas raças.

Embora a autoafirmação seja importante, a heteroidentificação também é um método legítimo de identificação racial que vem sendo adotado, por exemplo, em processos seletivos de universidades e do funcionalismo público, como mecanismo complementar à autodeclaração. Na heteroidentificação, a identificação étnico-racial de um indivíduo é feita a partir da percepção social de outra pessoa com base em critérios fenotípicos, que é o que define a raça no Brasil, conforme explica Nunes (2018):

No Brasil, predomina o preconceito racial de marca, de modo que a discriminação é praticada por meio de construções sociais que promovem a exclusão de determinadas pessoas, em razão de suas características fenotípicas – tais como cor da pele, traços faciais e textura dos cabelos –, associadas ao grupo étnico-racial a que pertencem. Assim, o racismo à brasileira afeta os indivíduos em virtude de sua aparência racial – que determina sua potencial vulnerabilidade à discriminação racial –, e não de sua ascendência ou composição genética (NUNES, 2018, p.37).

Sendo assim, esta pesquisa buscou, em um primeiro momento, fazer a identificação racial dos autores elencados nas ementas a partir de informações públicas de autodeclaração, com buscas realizadas na plataforma *Lattes* e na rede social de perfis profissionais *LinkedIn*. Nos casos em que esses dados não estavam disponíveis, foi realizada a heteroidentificação a partir de fotos dos perfis dos pesquisadores nas citadas plataformas, utilizando como referência o critério fenotípico, conforme a Resolução nº 0090/2022. do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UnB. São exemplos de características fenotípicas raciais: tonalidade da pele, cor e textura do cabelo e o formato do nariz e dos olhos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

À luz das contribuições teóricas obtidas durante a fase de pesquisa bibliográfica, o presente capítulo apresenta os dados levantados e tratados a partir da análise documental realizada com base nas referências bibliográficas das ementas do curso de Jornalismo da UnB. Antes de aprofundar na apresentação dos resultados, cabe retomar o processo histórico de criação e de consolidação da graduação objeto deste trabalho.

A Faculdade de Comunicação (FAC) da UnB foi criada um ano após a inauguração da universidade, em 1963, e enfrentou diversos desafios e perseguições durante a ditadura militar no Brasil, tendo sido desfeita logo após o golpe de 64. Com a redemocratização, em 1989, o Conselho Universitário da UnB aprovou o projeto de recriação da FAC, com os departamentos de Audiovisual e Publicidade (DAP) e de Jornalismo (JOR) (UNB/FAC, 2015, p.16-18). Nesse contexto, o curso de Jornalismo da UnB surge, à princípio, como uma habilitação do curso de Comunicação Social. No entanto, com a aprovação das Novas Diretrizes Curriculares (DCNs) pelo Ministério da Educação (MEC) em 2013, que definiu que todos os cursos de Jornalismo do Brasil teriam que ser cursos específicos, a partir de 2016, o curso de Jornalismo da UnB também deixou de ser uma habilitação de Comunicação Social e passou a ser um curso de graduação autônomo (UNB/DEG, 2019).

Ao longo dos anos, a graduação em Jornalismo da UnB foi consolidando-se como um dos melhores cursos do país. Em 2023, a graduação fez parte do seleto grupo de 7% de cursos do Brasil que atingiram nota máxima no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)¹². Além disso, o curso conta com projetos educacionais longevos, que combinam teoria e prática jornalística, como o jornal-laboratório Campus, que existe desde 1970 e, em 2024, foi reconhecido como o melhor jornal-laboratório do país na 30ª Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação (Expocom)¹³. Os projetos de extensão também foram construindo a excelência do Jornalismo na UnB, como o projeto SOS-Imprensa, um observatório de imprensa que produz reflexões e debates sobre a cobertura midiática desde 1996 (UNB/FAC, 2015, p.19-20)

¹² ABREU, Jade. Jornalismo da UnB está entre os 7% no Brasil com nota máxima. **Metrópoles**. Brasília, 31 out. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/jornalismo-da-unb-esta-entre-os-7-no-pais-com-nota-maxima>. Acesso em: 06/02/2025.

¹³ SUZUKI, Erika. Jornal Campus vence a 30ª Expocom e é reconhecido como melhor jornal-laboratório do país. UnB Notícias. Brasília, 30 set. 2024. Disponível em: <https://noticias.unb.br/ensino/7564-jornal-campus-vence-a-30-expocom-e-e-reconhecido-como-melhor-jornal-laboratorio-do-pais>. Acesso em: 06/02/2025.

Entende-se, portanto, tendo em vista o histórico inovador, de resistência e de luta por justiça social, tanto da Faculdade de Comunicação, quanto da UnB como instituição, que seria esperado que o currículo do curso de Jornalismo refletisse esse papel de transformação social e o compromisso com uma educação mais plural. A partir dessa contextualização, serão apresentados, na primeira parte desta análise, os dados gerais obtidos a partir das ementas do curso de Jornalismo da UnB, como o número de disciplinas e o número de referências bibliográficas. Em um segundo momento, aprofunda-se a investigação naquilo que é o cerne desta pesquisa: a temática racial no currículo de Jornalismo. Neste ponto, serão abordados os números relacionados à presença da abordagem racial e de autores negros nos referenciais teóricos de cada disciplina.

4.1 Panorama Geral

Conforme detalhado anteriormente, as ementas foram obtidas por meio do envio do professor ou da professora responsável pela disciplina no semestre letivo de 2024/2. Assim, a pesquisa obteve 48 ementas de disciplinas ofertadas no curso de Jornalismo da UnB, listadas no quadro a seguir em ordem alfabética.

Tabela 1: Disciplinas do curso de Jornalismo da UnB	
Apuração e Texto Jornalístico 2	Jornalismo Internacional
Apuração Jornalística	Jornalismo Local
Assessoria de Comunicação 1	Jornalismo Literário
Assessoria de Comunicação 2	Jornalismo Opinativo
Campus Multimídia	Jornalismo Político
Comunicação e Política	Jornalismo Cultural
Comunicação e Sociedade	Legislação e Direito à Comunicação
Comunicação Comunitária	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação
Comunicação e Universidade	Oficina de Diagramação Campus Repórter

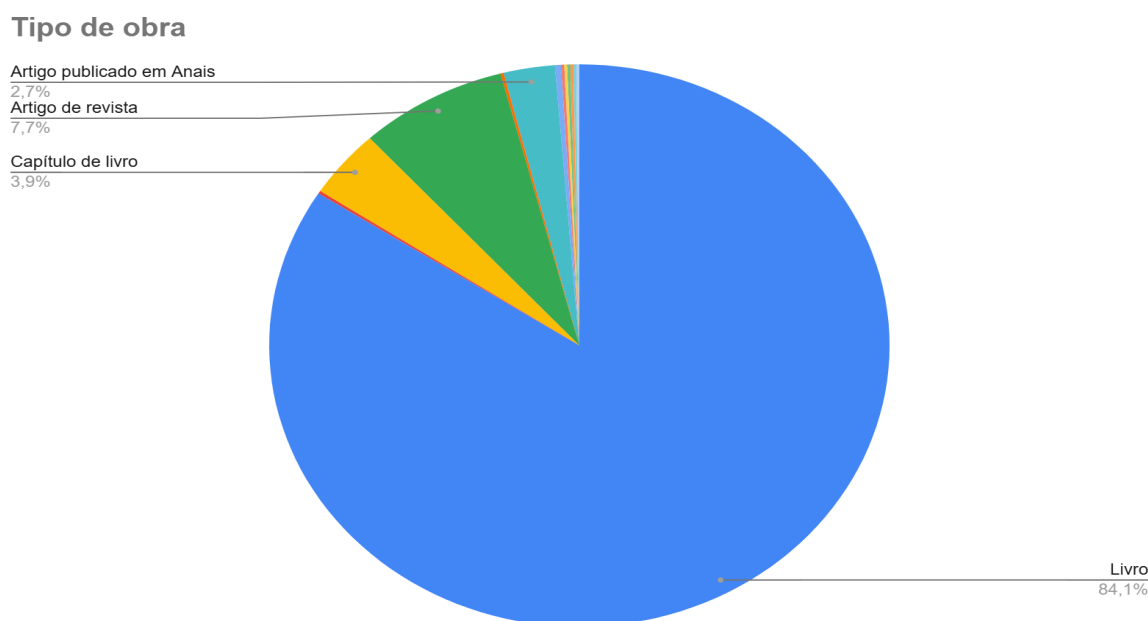
Tabela 1: Disciplinas do curso de Jornalismo da UnB	
Comunicação, Informação e Computação	Oficina de Texto (turma 1)
Empreendedorismo e Gestão em Comunicação	Oficina de Texto (turma 2)
Estética da Comunicação	Oficina de Texto (turma 3)
Fotojornalismo	Políticas de Comunicação
História do Jornalismo	Pré-Projeto Experimental em Jornalismo (turma 1)
Introdução à Comunicação (turma 1)	Pré-Projeto Experimental em Jornalismo (turma 2)
Introdução à Comunicação (turma 2)	Processos Gráficos em Jornalismo (turma 1)
Introdução ao Jornalismo	Processos Gráficos em Jornalismo (turma 2)
Jornal Campus	Teoria e Pesquisa de Opinião Pública
Jornalismo em Rádio 1	Teorias da Comunicação 1
Jornalismo em Rádio 2	Teorias do Jornalismo
Jornalismo em TV 1	Tecnologia da Comunicação
Jornalismo em TV 2	Texto Jornalístico
Jornalismo Econômico	Webdesign em Jornalismo
Jornalismo Esportivo	Webjornalismo

Cabe destacar que outras disciplinas podem ser ofertadas em outros semestres, a depender da disponibilidade e da proposição dos docentes. Portanto, para realizar este estudo, usou-se como referência o fluxograma do curso de Jornalismo da UnB a partir de 2016/2 (ANEXO – A). Em relação a algumas disciplinas, a pesquisa obteve mais de uma ementa, já

que podem ser ministradas por diferentes professores simultaneamente. Foi o que aconteceu nos seguintes casos: Introdução à Comunicação (2 ementas), Oficina de Texto (3 ementas), Pré-Projeto Experimental em Jornalismo (2 ementas), Processos Gráficos em Jornalismo (2 ementas). Escolheu-se analisar todas as opções, para que os resultados tivessem maior precisão em relação à realidade. Portanto, foram analisadas 48 ementas de 43 disciplinas ofertadas em 2024/2.

Após a extração dos dados das ementas, foi identificado um total de 635 referências bibliográficas, somando-se as indicadas em todas as disciplinas. Essas referências foram classificadas a partir do tipo de obra e do ano de publicação. Os dados relacionados ao tipo de publicação foram compilados no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Tipos de obras indicadas como referências bibliográficas no curso de jornalismo da UnB



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

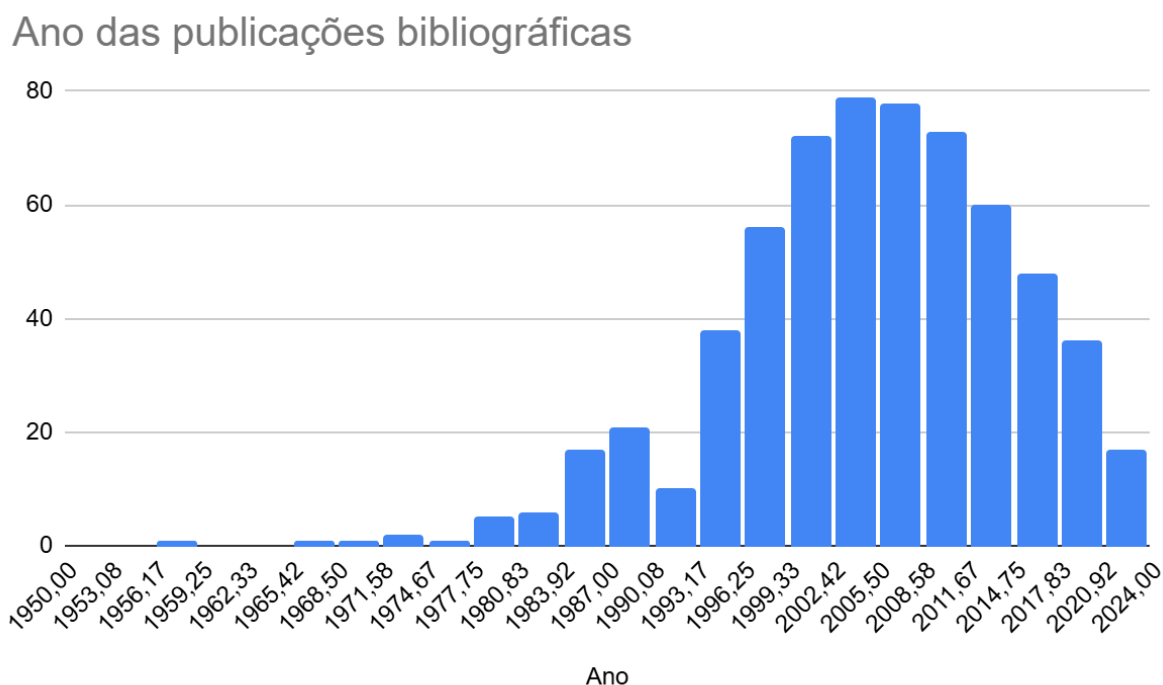
A partir desses números, foi possível perceber alguns aspectos relevantes, como o fato de que apenas uma das obras indicadas era *e-book* (livro digital). A grande maioria (84,1%) das referências bibliográficas indicadas nas disciplinas do curso de Jornalismo da UnB são livros. Em seguida, vêm artigos de revista (7,7%), capítulos de livros (3,9%) e artigos publicados em Anais (2,7%). Além disso, 3 das obras indicadas eram dissertações de

mestrado. Por fim, identificou-se também a ocorrência de apenas 1 cartilha, 1 monografia, 1 tese de doutorado e 1 texto apresentado no Congresso.

A autora entende que essa predileção por indicar referências bibliográficas extensas, como livros inteiros ou dissertações e teses, pode ser que não seja a estratégia mais adequada, pois não direciona a leitura do estudante, comprometendo o compromisso com a leitura dos textos. Quando, ao invés disso, o(a) docente indica capítulos específicos, o estudante sente-se mais orientado a ler o que de fato é relevante para aquela disciplina e consegue conciliar melhor o conteúdo, tendo em vista que, em geral, está matriculado em pelo menos duas ou mais matérias. Além disso, destaca-se a importância de indicar obras que estejam disponíveis online, pois existe a preferência dos alunos, em razão da facilidade de acesso, de utilizarem fontes em meios digitais.

Um outro aspecto analisado em relação às referências bibliográficas apontadas nas ementas foi o ano de publicação das obras. Nesse ponto, obteve-se os seguintes dados:

Gráfico 2: Ano de publicação das referências bibliográficas indicadas no curso de Jornalismo da UnB



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

De acordo com o gráfico 2, percebe-se que 25,11% (159) das obras indicadas nas ementas foram publicadas no século XX, sendo que a mais antiga é de 1958. Quase metade

(47,7% ou 302) das referências bibliográficas objeto desta pesquisa tem data de publicação entre os anos de 2000 e 2011. Em segundo lugar, vem o período de 2012 a 2024, que foi quando 161 (25,43%) das obras foram publicadas. Em 11 (1,73%) casos não foi possível identificar, a partir das ementas, o ano de publicação da obra.

Para além da falta de atualização das bibliografias das disciplinas, é possível pensar que a constatação de que a maior parte – isto é, cerca de 72% – das referências bibliográficas indicadas foi publicada antes da segunda década do século XXI – entre 1958 e 2011 – poderia justificar a baixa presença de obras ligadas à temática racial ou de autores e autoras negras no currículo de Jornalismo da UnB, que será demonstrada a seguir. No entanto, cabem questionamentos em relação a essa visão, sendo necessária uma maior discussão a respeito dessa inferência.

Conforme aponta Melo (2023, p.2), a pesquisa em Comunicação e relações raciais ganhou maior fôlego e visibilidade nos últimos anos, com a criação de grupos de trabalho e de pesquisa dedicados a esse tema de investigação em importantes associações científicas. A partir de 2020, por exemplo, foram criados quatro grupos com esse enfoque: o Grupo de Pesquisa Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom); o Grupo de Trabalho Comunicação, Raça e Interseccionalidades na Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós); o Grupo de Trabalho Mídia, Gênero e Raça na Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica); e o Grupo de Trabalho Estudos Críticos sobre Gênero, Raça e Identidade na (União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura) (Ulepicc Brasil) (MELO, 2023, p.2).

No entanto, como já foi apontado anteriormente por Queiroz (2019), os pensares negros na Comunicação já existem pelo mundo “desde nosso primeiro ancestral” (p.149). O próprio referencial teórico desta pesquisa já demonstra que há intelectuais negros e negras que se debruçam sobre a questão racial e as imbricações entre comunicação e relações raciais no Brasil há bastante tempo. As primeiras edições das obras de Lélia Gonzalez, por exemplo, foram publicadas na década de 1980. Já os escritos do sociólogo Clóvis Moura são de período ainda mais remoto, tendo em vista que a primeira obra do autor, *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, foi lançada em 1959, enquanto o principal livro de Moura utilizado nesta pesquisa, *Dialética Radical do Negro no Brasil*, teve sua primeira edição publicada em 1981. Já Muniz Sodré, um dos principais expoentes da sociologia da Comunicação e dos estudos comunicacionais a partir da perspectiva racial, iniciou sua vasta obra em 1971, com a publicação de *A comunicação do grotesco. Claros e escuros: identidade*,

povo e mídia no Brasil, livro de Sodré que apresenta o conceito de racismo midiático, referenciado anteriormente neste estudo, foi publicado em 2000. Portanto, não é legítimo dizer que a relativa ausência de epistemologias negras nos currículos dos cursos de Comunicação tenha relação com a falta de publicações.

4.2 A diversidade chegou ao currículo de Jornalismo da UnB?

Nesta segunda parte da análise do objeto em estudo, o objetivo foi identificar dois aspectos: primeiro, buscou-se descobrir quantas obras que abordam a temática racial são indicadas nas ementas das disciplinas do curso de Jornalismo da UnB. Para tanto, foi feita uma filtragem das referências bibliográficas a partir dos termos-chave indicados no capítulo que trata da metodologia desta pesquisa. Em seguida, tendo em vista que os e as intelectuais negras têm contribuições relevantes para todas as áreas da Comunicação, e não só naquilo que diz respeito especificamente às relações raciais, buscou-se identificar quantos autores e autoras negras são indicadas no currículo do curso citado.

Nesse sentido, em relação ao primeiro questionamento desta investigação, descobriu-se que das obras propostas para leitura dos estudantes de Jornalismo da instituição federal pioneira na implementação de cotas raciais para ingresso na graduação, a UnB, apenas 1,3% abordam a temática racial, conforme pode ser visto no gráfico 3. Em números absolutos, isso significa que apenas 8 das 633 referências bibliográficas indicadas contemplam a questão racial.

Gráfico 3: Proporção de referências bibliográficas indicadas no curso de Jornalismo da UnB que abordam a temática racial



Fonte: Elaboração da autora (2025).

Apenas 5 disciplinas têm referências que abordam a temática racial em suas ementas, são elas: Processos Gráficos em Jornalismo, Oficina de Texto (turma 1), Comunicação Comunitária, Jornalismo Internacional e Teorias do Jornalismo. Todos os autores(as) são negros(as). As obras e as respectivas disciplinas em que foram indicadas podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Tabela 2: referências bibliográficas que abordam a temática racial indicadas nas disciplinas do curso de Jornalismo da UnB 2024/2		
Obra que aborda temática racial	Autor(a)	Disciplina em que foi indicada
Visão Computacional e Racismo Algorítmico: Branquitude e Opacidade no Aprendizado de Máquina. Revista ABPN, v. 12, p. 428-448, 2020	Tarcízio Silva	Processos Gráficos em Jornalismo

Tabela 2: referências bibliográficas que abordam a temática racial indicadas nas disciplinas do curso de Jornalismo da UnB 2024/2

A escrevivência e seus subtextos. In: Duarte, Constância Lima; Nunes, Isabella Rosado (orgs.). Escrevivência: a escrita de nós – Identidade, Gênero e Violência na Obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-46.	Conceição Evaristo	Oficina de Texto (turma 1)
Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019	Djamila Ribeiro	Oficina de Texto (turma 1)
Imprensa negra brasileira: enquadramentos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 47, p. 1, 2024.	Valmir Teixeira Araújo	Comunicação Comunitária
Imprensa negra no Brasil do século XIX. São Paulo: Selo Negro, 2010	Ana Flávia Magalhães Pinto	Comunicação Comunitária
Imprensa negra. São Paulo: Imprensa Oficial, 1984	Clóvis Moura	Comunicação Comunitária
Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.	Achille Mbembe	Jornalismo Internacional
Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano, Zahar.	Flávia Rios e Márcia Lima	Teorias do Jornalismo

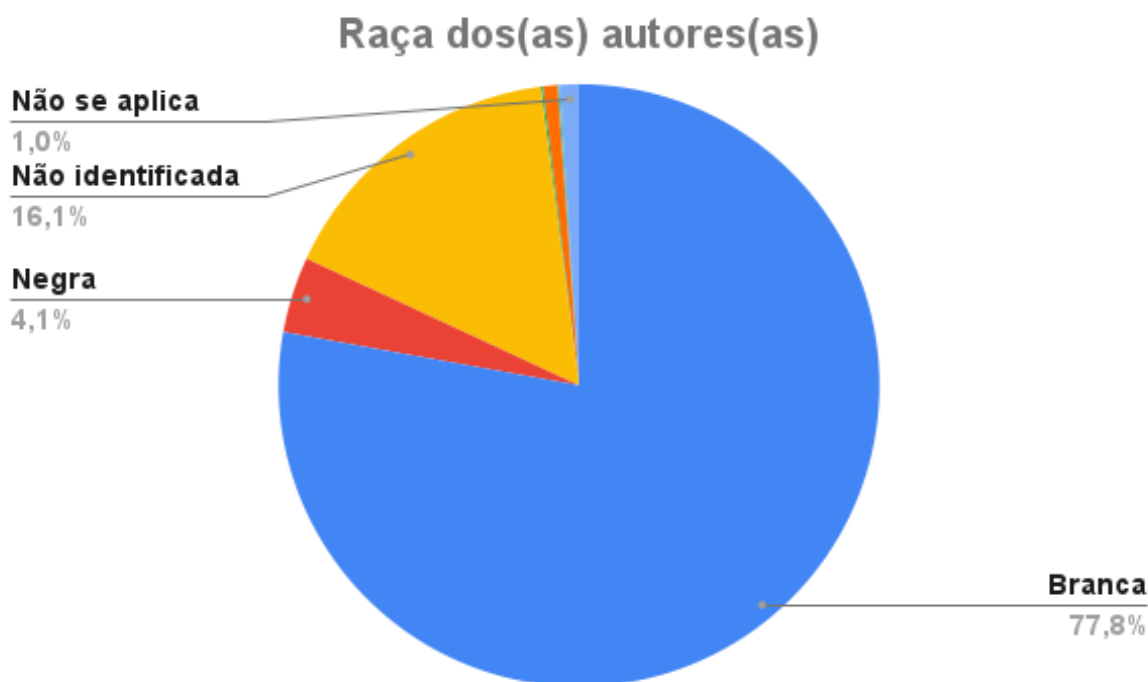
Esse número ínfimo de referências bibliográficas demonstra que a reflexão a respeito das questões raciais ainda é um tema muito marginalizado na graduação em Jornalismo, o que pode refletir um certo alinhamento com a ideologia da democracia racial. Conforme abordado

em outros pontos deste trabalho, a ideia de convivência cordial, pacífica e harmônica entre os grupos raciais que formaram a sociedade brasileira falseia as condições reais da população afro-brasileira no país, que ainda é marcada pelos piores indicadores socioeconômicos. Tal discurso conciliatório também despolitiza a discussão das desigualdades sociais, dando a entender que, uma vez que a população brasileira é miscigenada, não há motivos para se falar em raça, tampouco discutir as condições de vida das pessoas negras no pós-abolição. Essa compreensão despolitizada corrobora para que discursos meritocráticos – se o negro não alcançou o ensino superior, as melhores posições no mercado de trabalho ou outros prestígios sociais foi porque ele não se esforçou o suficiente – sejam reproduzidos.

Nesse contexto, entende-se a importância de autoras e autores negros no que tange à consolidação de uma perspectiva antirracista no ambiente acadêmico e de trabalho da Comunicação. Esses intelectuais trazem contribuições a partir de outros olhares, que não o eurocêntrico, em relação aos processos comunicacionais, questionando discursos racistas e estereótipos raciais. Assim, as epistemologias negras têm um papel decolonizador, colocando o negro como sujeito ativo no processo de produção de conhecimento e, consequentemente, dando centralidade à questão racial.

No que diz respeito à presença de intelectuais negros e negras no currículo do curso de Jornalismo da UnB, identificou-se que apenas 32 das obras indicadas nas ementas são escritas por autores(as) negros e negras, o que corresponde a 4,1% do total, enquanto 611 (77,8%) são brancos(as). Além disso, apenas 6 autores(as) (0,8%) são amarelos(as). Não foi identificada nenhuma referência bibliográfica escrita por indígenas. Em 8 casos (1%), a categorização racial não se aplica, por se tratar de organizações – por exemplo, o *Novo Manual de Redação* (2000) do jornal *Folha de São Paulo* – ou por se tratar de autores estrangeiros que não são abrangidos pela classificação do IBGE – como G. Sreedhar, pesquisador indiano que aparece na ementa de Webdesign em Jornalismo como um dos autores da obra *Design Solutions for Improving Website Quality and Effectiveness* (2016). Por fim, não foi possível identificar, pelos métodos utilizados nesta pesquisa, a raça de 127 (16,2%) dos autores(as) indicados, em razão das limitações citadas na metodologia deste trabalho.

Gráfico 4: Proporção de autores(as) indicados(as) no currículo do curso de Jornalismo da UnB por cada grupo racial



Fonte: Elaboração da autora (2025).

Cabe destacar que o número de autores foi superior ao número de referências computadas, já que uma mesma obra pode ser escrita por duas ou mais pessoas. Quando se exclui as categorias “não se aplica” e “não identificada”, é ainda mais perceptível a dominância da branquitude nas ementas da graduação em Jornalismo da UnB: 94,1% das obras são escritas por autores(as) brancos(as), 4,9% por negros(as) e 0,92% por amarelos(as). Os nomes dos autores e autoras negros, o número de vezes que foram indicados(as) nas ementas, o nome das obras indicadas e a disciplina em que foram indicados(as) constam na tabela 3 no ANEXO – B.

Também é importante apontar que alguns dos autores(as) negros(as) que têm obras indicadas nas ementas aparecem mais de uma vez, seja porque são indicados(as) em diferentes disciplinas ou porque têm mais de uma obra indicada, conforme foi mostrado na tabela 3. É o caso dos seguintes autores(as): Marcelo Souza de Jesus, Dione Oliveira Moura e Muniz Sodré foram indicados três vezes cada um; e Patrícia Marins, Gaudêncio Torquato e Wilson Gomes foram indicados duas vezes cada um. Portanto, filtrando essas repetições, conclui-se que 23 pessoas negras escreveram as 32 obras com autoria negra indicadas nas ementas, sendo que 12 (52,2%) são mulheres negras e 11 (47,8%) homens negros.

Ao se pensar nas motivações para que a presença da temática racial e de autores negros no currículo universitário seja tão baixa, um fator, que também se relaciona com o racismo estrutural, parece especialmente relevante: o número de docentes negros no ensino superior brasileiro. A UnB, lamentavelmente, não disponibiliza informações atualizadas e recentes sobre a composição racial do corpo docente. No entanto, segundo matéria jornalística do *G1* de janeiro de 2016¹⁴, a instituição tinha apenas 65 professores autodeclarados negros, o que equivalia a 1,77% dos 3.670 membros do corpo docente. Notícia mais recente do mesmo veículo, de junho de 2020¹⁵, aponta que 21% dos professores se identificavam como pretos, pardos, indígenas ou amarelos. Contudo, o número é questionável, pois o texto afirma que o número total de docentes é 636, o que é muito aquém do que é apontado no Anuário Estatístico da instituição, onde consta que em 2020 havia 2607 docentes ativos na UnB (UNB, 2024). Provavelmente, a reportagem considerou apenas os professores do campus Darcy Ribeiro. Nesse sentido, Carvalho (2004) destaca o impacto desses números nos estudantes:

A ausência de professores negros faz incidir sobre os alunos negros, pobres e ainda sobreonerados financeiramente, uma tripla discriminação: a injustiça simbólica de carecer de figuras modelares de identificação que os ajudem a construir uma auto-imagem positiva e suficientemente forte para resistir aos embates do meio acadêmico racista em que têm que se mover (CARVALHO, 2004, p.3).

Diante do exposto, entende-se que a diversidade, embora presente nos corredores e nas sala de aula da UnB, ainda não chegou ao currículo do curso de Jornalismo da instituição. Para além da problemática da falta de reconhecimento dos alunos negros e indígenas, que não verão questões centrais de suas vidas representadas nas bibliografias que são obrigados a ler tampouco se identificarão nos docentes, há que se discutir também o impacto desse silenciamento racial na formação acadêmica bem como na atuação profissional dos egressos, principalmente tendo-se em vista o papel social exercido por jornalistas, que inegavelmente influenciam a opinião pública e a construção do imaginário social. Como aponta Moreira (2020, p.101), os meios de comunicação são “um espaço representacional de produção de cultura popular, um lugar no qual as sensibilidades das pessoas são formadas a partir das relações de poder existentes na sociedade”.

¹⁴ HOLANDA, Mariana. Pioneira em cotas raciais, UnB tem menos de 2% de professores negros. **G1 DF**. Distrito Federal, 13 jan 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/01/pioneira-em-cotas-raciais-unb-tem-menos-de-2-de-professores-negros.html>. Acesso em: 06/02/2025.

¹⁵ GARONCE, Luíza; CRUZ, Carolina. Cotas Raciais: 17 anos depois, UnB tem quase metade dos alunos negros; professores ainda são minoria. **G1 DF**. Distrito Federal, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/08/16/cotas-raciais-17-anos-depois-unb-tem-quase-metade-dos-alunos-negros-professores-ainda-sao-minoria.ghtml>. Acesso em: 06/02/2025.

Essa discussão faz-se especialmente relevante no contexto atual em que, para além do histórico comum de reprodução do racismo estrutural nas mídias, há uma escalada do discurso de ódio, em especial do racismo, em diversos formatos e principalmente nas redes sociais (QUEIROZ, 2019, p.147). O jornalismo, com sua missão deontológica de defesa da democracia, é um ator de relevância nesse cenário, tendo em vista que tem “a capacidade de legitimar determinadas representações da realidade social” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p.33) e de “representar ‘valores comuns’ em sociedades estruturalmente marcadas por relações de poder assimétricas, traduzidas em vantagens e desvantagens para parcelas diferentes da população” (Ibidem, p.41)

Assim, entende-se que, apesar da aura de neutralidade, o jornalista funciona como um ator político, na medida em que não apenas transmite informações sobre fatos, mas produz compreensões sobre a realidade. E mais: interpretações que terão peso na opinião pública, em razão do valor de legitimidade que é dado ao discurso jornalístico. Por isso, questiona-se como os egressos do curso de Jornalismo da UnB estarão preparados para não reproduzir estereótipos raciais negativos e dar visibilidade aos problemas e às conquistas da população negra brasileira nos meios de comunicação se não terão contato com um número suficientemente adequado de referências bibliográficas ligadas à temática racial ou com autores e autoras negras durante a graduação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim formal da escravização no Brasil, com a assinatura da Lei Áurea em 1888, não proporcionou uma digna inserção social da população negra, por isso, fala-se em uma abolição inacabada. O Estado brasileiro não se comprometeu com quaisquer políticas reparatórias ou indenizatórias para os ex-escravizados. Ao contrário, as oportunidades de terra e trabalho foram entregues nas mãos de imigrantes europeus, como uma tentativa de branqueamento da população.

Após mais de 130 anos de abolição, as pessoas negras no Brasil ainda convivem com os piores indicadores socioeconômicos ligados à pobreza e à falta de acesso a direitos básicos, como moradia, saúde e educação. Esse processo é alimentado pelo racismo estrutural, na medida em que a raça, que é um conceito social e não biológico, é um elemento central na inserção econômica das pessoas. Os discursos racistas que alimentam essa estrutura desde a colonização e servem para legitimar a opressão e a subjugação da população negra, são constantemente atualizados e reproduzidos nas instituições, dentre elas, a mídia. Os meios de comunicação tradicionais ainda são permeados pela ideologia da democracia racial, o que contribui para o silenciamento e despolitização das questões raciais no debate público. Um dos debates atravessados por essa ideologia foi o que ocorreu durante a implementação das cotas raciais.

A política de ação afirmativa para ingresso no ensino superior é uma demanda antiga do movimento negro no Brasil, que ganhou grande força na década de 1990. Nos anos 2000, começam a surgir as primeiras experiências nacionais, com a implementação de cotas raciais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2002, e na UnB, em 2003, a pioneira dentre as instituições de ensino superior federais. Essas iniciativas tornaram-se referência para que, em 2012, a reserva de vagas nas universidades públicas para pessoas pretas e pardas, indígenas, pobres e com deficiência se transformasse em uma política pública nacional, com a aprovação da lei 12.711/2012, a Lei de Cotas. Essa política foi essencial para que a diversidade chegasse aos corredores das universidades brasileiras, tornando-as mais parecidas com a demografia nacional, que é majoritariamente composta por pessoas negras.

A chegada dos alunos cotistas também gerou novos desafios, tanto no que diz respeito à permanência desses estudantes nas instituições de ensino, quanto ao currículo acadêmico. Os estudantes negros e indígenas chegam às universidades trazendo outras visões de mundo e conhecimentos, que entram em choque com o eurocentrismo característico da academia. Nesse sentido, buscou-se compreender como esse impacto se deu no curso de

Jornalismo da UnB. E o que se percebeu foi que mais de 20 anos após a implementação das cotas raciais na instituição, o currículo dessa graduação ainda trata as questões raciais, e especificamente as epistemologias negras, de forma marginalizada e não contempla as contribuições de intelectuais negros e negras. Isso foi notável ao se contabilizar que apenas 1,3% das referências bibliográficas indicadas nas ementas das disciplinas do curso de Jornalismo da UnB abordam a temática racial, ao mesmo tempo em que somente 4,1% dos autores e autoras indicadas são negros e negras.

Nesse sentido, foi possível perceber que há importantes lacunas no ensino da graduação estudada e propor reflexões a respeito do impacto dessas ausências na formação e na atuação profissional dos egressos. Como foi demonstrado ao longo do trabalho, os meios de comunicação são relevantes atores seja no silenciamento das questões raciais, por meio da falta de aprofundamento ou da ausência de protagonismo negro, quanto na reprodução de estereótipos raciais negativos, como aqueles que associam o homem negro à preguiça e à agressividade, e a mulher negra à servidão e hiperssexualidade. Especificamente o jornalismo tem um papel destacado nesse contexto, tendo em vista a legitimidade social que é dada ao discurso jornalístico, que pode influenciar e legitimar determinadas representações da realidade. Por isso, ter tão poucas leituras sobre a temática racial no curso de Jornalismo da UnB é preocupante.

Em vista do exposto, conclui-se que a mudança no perfil de alunos possibilitada pela política de cotas da UnB, infelizmente, ainda não foi acompanhada por atualizações no currículo de Jornalismo que possam propiciar um ensino mais diverso e mais crítico no que diz respeito às relações raciais no Brasil. Para além das problemáticas que essa ausência pode ocasionar no exercício profissional, há que se pensar na falta de pertencimento que os estudantes negros e indígenas podem sentir no ambiente acadêmico ao se darem conta que o conhecimento e as cosmovisões de seus antepassados e contemporâneos são ignorados e não considerados relevantes. Um aspecto abordado de forma breve neste trabalho foi a relação entre o número de docentes negros(as) e de epistemologias negras no currículo, questão que pode ser objeto de investigação e aprofundamento em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jade. Jornalismo da UnB está entre os 7% no Brasil com nota máxima. **Metrópoles**. Brasília, 31 out. 2023. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/distrito-federal/jornalismo-da-unb-esta-entre-os-7-no-pais-com-nota-maxima>. Acesso em: 06/02/2025.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMPRS. **Grupo é contra a política de cota racial**. Disponível em: <https://www.amprs.org.br/noticia/grupo-e-contra-a-politica-de-cota-racial>. Acesso em 26 fev 2025

ARAÚJO, Valmir Teixeira de. **O que é a imprensa negra**: diálogos sobre comunicação e negritude no Brasil. 1 ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021.

ASCOM, Gabinete da Reitoria. UnB se consolida entre as melhores da América Latina. **UnB Notícias**, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://noticias.unb.br/institucional/7680-unb-se-consolida-entre-as-melhores-da-america-latina#:~:text=A%20UnB%20consolida%2Dse%20entre,no%20ranking%20geral%20da%20regi%C3%A3o>. Acesso em: 05/02/2025.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; CAVALCANTE, Raphael da Silva. Análise de citações dos artigos da revista Ciência da Informação no período de 2000-2009. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 251–269, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/18601>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, Campinas, vol 18, nº 1, junho 2012. p. 22-43. <https://www.scielo.br/j/op/a/K4h97Ywr5vhRvz5q4LMxmzS/?format=pdf&lang=pt>

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06/02/2025.

BRASIL. **Lei nº 5.465, de 3 julho de 1968**. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Coleção de Leis do Brasil - 1968, Página 14 Vol. 5. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 11/02/2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais 186**. Atos que instituíram sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial (cotas) no processo de seleção para ingresso em instituição pública de ensino

superior. Alegada ofensa aos arts. 1º, caput, iii, 3º, iv, 4º, viii, 5º, i, ii xxxiii, xli, liv, 37, caput, 205, 206, caput, i, 207, caput, e 208, v, todos da constituição federal. Ação julgada improcedente. Relator: Min Ricardo Lewandowski, 24 de junho de 2012. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>. Acesso em 2 fev. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2025.

CARVALHO, José Jorge. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas Ciências Sociais brasileiras. Ensaio publicado no dossiê **Série Antropologia, nº 358**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.dan2.unb.br/images/doc/Serie358empdf.pdf>. Acesso em: 06/02/2025.

CORBO, Wallace. O movimento negro e a luta pela Constituição de 1988: Da Assembleia Nacional Constituinte à jurisdição constitucional. **Direito Público**, [S. l.], v. 20, n. 108, 2024. DOI: 10.11117/rdp.v20i108.7606. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/7606>. Acesso em: 25 jan. 2025.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 2003.

GARONCE, Luíza; CRUZ, Carolina. Cotas Raciais: 17 anos depois, UnB tem quase metade dos alunos negros; professores ainda são minora. **G1 DF**. Distrito Federal, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/08/16/cotas-raciais-17-anos-depois-unb-tem-quase-metade-dos-alunos-negros-professores-ainda-sao-minoria.ghtml>. Acesso em: 06/02/2025.

GOMES, Nilma Lino. Nilma Lino Gomes: descolonizar o conhecimento para incluir saberes indígenas e negros. [Entrevista concedida a] Laura Rachid. **Revista Educação**, edição 292, [S.I.], 03 abr. 2023. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2023/04/03/nilma-lino-gomes/>. Acesso em: 06/02/2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zarah, 2020. ISBN 978-85-378-1889-3.

HOLANDA, Mariana. Pioneira em cotas raciais, UnB tem menos de 2% de professores negros. **G1 DF**. Distrito Federal, 13 jan 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/01/pioneira-em-cotas-raciais-unb-tem-menos-de-2-de-professores-negros.html>. Acesso em: 06/02/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Folheto. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 02/02/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais, organizador. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2º ed, Ibge, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 11/02/2025

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo (Mg), v. 20, n. 44, p. 36-51, abr. 2021.

MARQUES, Francis Bento; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; SOUZA, Renato Rocha. A bibliometria na pós-graduação brasileira: uma revisão integrativa da literatura. **Transinformação**, v. 35, e227089, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/rFySmBdKrCH5PcdcHhgTfDx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MELO, Paulo Victor Purificação. Tendências de pesquisa em Comunicação e Relações Raciais no Brasil: análise da produção em eventos científicos de Comunicação (2022-2023). **Esferas**, 1(28), [S.I.], v. 3, n. 28, p. 1-17, 26 dez. 2023. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14684>. Acesso em: 06/02/2025.

MENA, Fernanda. 11 signatários de carta de 2006 contra cotas raciais dizem por que mudaram de posição. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/02/11-signatarios-de-carta-de-2006-contra-cotas-raciais-dizem-por-que-mudaram-de-posicao.shtml>. Acesso em 26 fev 2025.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2019

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2.ed. Anita: São Paulo, 2014.

MOURA, Dione Oliveira. Pioneira na adoção de cotas raciais, UnB completa 20 anos de ações afirmativas. [Entrevista concedida a] Valmir Araújo. **Brasil de Fato**. Brasília, 13 jun. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/13/pioneira-na-adocao-de-cotas-raciais-unb-completa-20-anos-de-acoes-afirmativas>. Acesso em: 06/02/2025.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NUNES, Georgina Helena Lima. Autodeclarações e Comissões: responsabilidade procedimental dos/as gestores/as de ações afirmativas. In: DIAS, Gleidson Renato Martins; TAVARES JUNIOR, Paulo Roberto Faber. **Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos**. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. 1. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PILAR, Olívia. Resistência, imagens de controle e representatividade. In: GUIMARÃES SILVA, Pâmela (org.). **Orientação afirmativa**: interseccionalidade e comunicação. Belo Horizonte: Olhares Transversais, 2021. p. 51-65.

PIRES, Thula. **Criminalização do racismo**: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://bradonegro.com/content/arquivo/11122018_202109.pdf. Acesso em: 06/02/2025.

QUEIROZ, Rafael Pinto de. Descolonizar Mentes, Enegrecer o Pensamento: epistemologias negras na comunicação. **Revista Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 17, n. 1, p. 144-160, jan/dez 2019. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/article/view/5934>. Acesso em: 27 ago. 2024.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SALOMÃO, Matheus. Pioneira, inclusiva e democrática. **Revista Darcy**, UnB, Brasília, ed. nº 27, abr-ago, 2022. Disponível em: <https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-27/dossie/182-pioneira-inclusiva-e-democratica>. Acesso em 02/02/2025.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SOVIK, Liv; ANSEL, Thiago. Nota editorial. **Revista Animus**, UFSM, Santa Maria, v. 14, n. 27, 2015, p. 1-2.

SUZUKI, Erika. Jornal Campus vence a 30ª Expocom e é reconhecido como melhor jornal-laboratório do país. **UnB Notícias**. Brasília, 30 set. 2024. Disponível em: <https://noticias.unb.br/ensino/7564-jornal-campus-vence-a-30-expocom-e-e-reconhecido-com-o-melhor-jornal-laboratorio-do-pais>. Acesso em: 06/02/2025.

TAVARES JUNIOR, Paulo Roberto Faber. (org.). **Heteroidentificação e cotas raciais**: dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018. p.32-78.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). **Resolução nº 0090/2022, de 27 de setembro de 2022**. Brasília: CEPE, 2022. Disponível em: https://dpg.unb.br/images/Editais_fomento/Resolucao-CEPE-0090-2022- COPEAA-UnB.pdf. Acesso em 06/02/2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília. **Plano Orientador da Universidade de Brasília, de 1962**. Brasília: Editora UnB, 1962. Disponível em: https://unb.br/images/Noticias/2019/Documentos/PDE_UnB_Plano_Orientador_UnB_1962_LQ.pdf. Acesso em 06/02/2025.

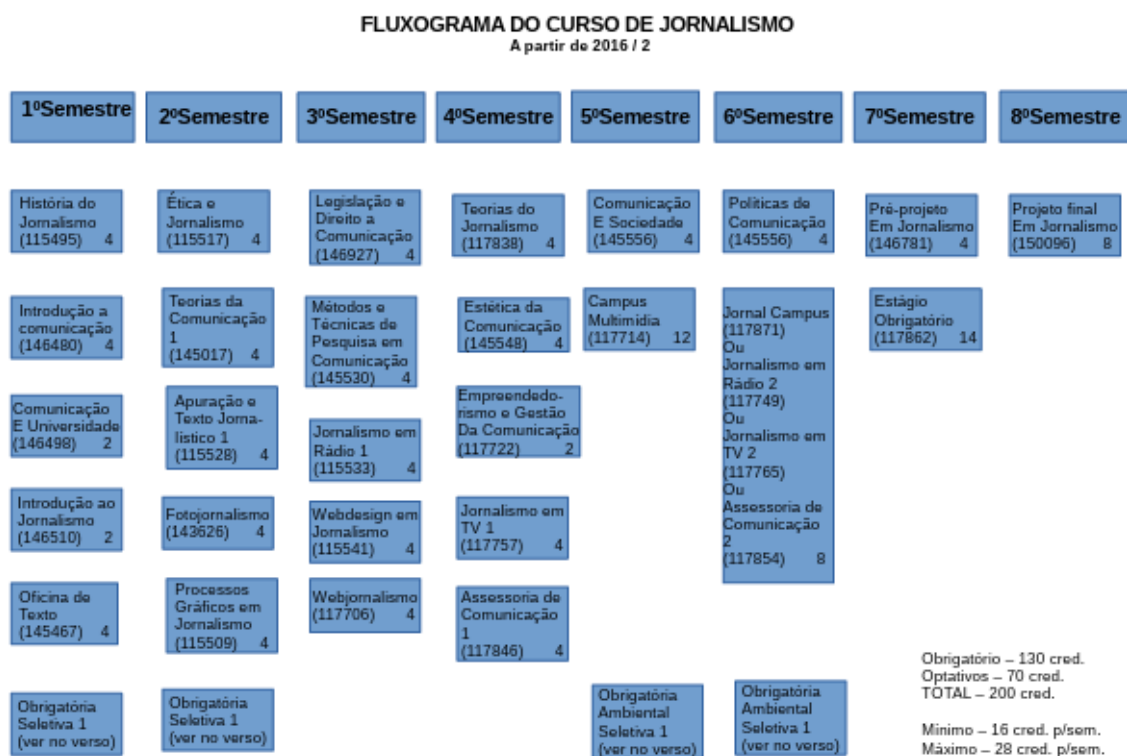
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Ensino de Graduação (DEG). Estude na UnB. **Revista DEG**. Brasília: DEG, 2019. Disponível em: https://unb.br/images/Revista_DEG.pdf. Acesso em: 06/02/2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO). **Anuário Estatístico 2024**. Brasília: nov, 2024. Disponível em: <https://anuario2024.netlify.app/grad>. Acesso em: 02/02/2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Comunicação. **Projeto Político Pedagógico Curso de Graduação em Jornalismo**. Brasília: FAC, 2025. Disponível em: https://arquivos.unb.br/arquivos/20201940327bca20410767b242c888c96/PPC_Jornalismo.pdf. Acesso em 11 fev. 2025.

ANEXOS

ANEXO A – FLUXOGRAMA DO CURSO DE JORNALISMO UNB



OBRIGATÓRIA SELETIVA
* Introdução a Filosofia
* Introdução a Economia
* Introdução a Sociologia
* Introdução ao Estudo da História
* Introdução a Ciência Política
* Introdução ao Direito
* Introdução a Psicologia
* Introdução a Antropologia
* História da Arte
* Introdução a Ciência Geográfica
* Introdução a Biblioteconomia
* Ciência da Informação
* Estatística Aplicada
* Cultura Brasileira
* Introdução a Administração

OBRIGATÓRIA AMBIENTAL SELETIVA
* Apuração e Texto Jornalístico 2 (115550)
* Jornalismo Esportivo (117773)
* Jornalismo Cultural (117731)
* Jornalismo Local (117803)
* Jornalismo Econômico (146994)
* Jornalismo Político (149969)
* Jornalismo Internacional (117781)
* Jornalismo Opinativo (117811)
* Jornalismo Literário (150720)
* Teorias da Comunicação 2 (145611)
* Jornalismo Investigativo (117790)
* Teoria e Pesquisa de Opinião Pública (117820)
* Comunicação e Política (146978)
* Comunicação Comunitária (146561)

ANEXO B – Tabela de autores(as) negros(as) indicados(as) nas ementas das disciplinas do curso de Jornalismo da UnB

Tabela 3: Autores(as) negros(as) indicados(as) nas ementas das disciplinas do curso de Jornalismo da UnB			
Autor(a)	Quantas vezes foi indicado	Nome da(s) obra(s)	Disciplina em que foi indicado(a)
Marcelo Souza de Jesus	3	Comunicação na Universidade: metametodologia para entender uma rede complexa. In: VII Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad, 2018, Murcia. Comunicación y Sociedad: perspectivas sociales, 2018.	Pré-Projeto Experimental em Jornalismo (turma 1)
			Comunicação, Informação e Computação
		Transdisciplinaridad e para as redes: formação de competência em Comunicação, Informação e Computação para a gestão da memória. p. 178 a p. 204. In: GERLIN, M.N.M. (org). Competência em informação e narrativa numa sociedade conectada por redes. Brasília (DF): UnB, 2018. Coleção No balanço das redes: tradição e tecnologia (vol. 2).	Comunicação, Informação e Computação
Dione Oliveira Moura	3	Mudanças e permanências no	Teorias do Jornalismo

Tabela 3: Autores(as) negros(as) indicados(as) nas ementas das disciplinas do curso de Jornalismo da UnB

		jornalismo. Florianópolis: Insular, 2015.	
		Jornalismo e Sociedade. Teorias e Metodologias. Florianópolis: Insular, 2012.	Teorias do Jornalismo
		Comunicação e cidadania: conceitos e processos. Brasília, Editora Francis, 2011.	Comunicação e Universidade
Muniz Sodré	3	O Monopólio da Fala: Função e Linguagem da Televisão no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1977	Jornalismo em TV 1
			Jornalismo em TV 2
		Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística. 5a ed., São Paulo: Summus, 1986	Apuração e Texto Jornalístico 2
Patrícia Marins	2	Muito além do Media training. São Paulo: Aberje, 2023.	Assessoria de Comunicação I
			Assessoria de Comunicação II
Gaudêncio Torquato	2	Cultura, Poder, Comunicação, Crise e Imagem: Fundamentos das Organizações do século XXI. São Paulo: Cengage Learning, 2012	Assessoria de Comunicação II
		Tratado de comunicação	Comunicação e Política

Tabela 3: Autores(as) negros(as) indicados(as) nas ementas das disciplinas do curso de Jornalismo da UnB

		organizacional e política. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.	
Wilson Gomes	2	Comunicação e democracia: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.	Jornalismo Local
		Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004	Comunicação e Política
Achille Mbembe	1	Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.	Jornalismo Internacional
Carlos Augusto Xavier de Sousa	1	Campus Online – Jornal digital multimídia e multiplataforma para smartphones. In: Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro Oeste, 2018 Campo Grande.	Campus Multiplataforma
Tarcízio Silva	1	Visão Computacional e Racismo Algorítmico: Branquitude e Opacidade no Aprendizado de Máquina. Revista ABPN, v. 12, p.	Processos Gráficos em Jornalismo (turma 1)

Tabela 3: Autores(as) negros(as) indicados(as) nas ementas das disciplinas do curso de Jornalismo da UnB

		428-448, 2020.	
Conceição Evaristo	1	A escrevivência e seus subtextos. In: Duarte, Constância Lima; Nunes, Isabella Rosado (orgs.). Escrevivência: a escrita de nós – Identidade, Gênero e Violência na Obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-46.	Oficina de texto (turma 1)
Djamila Ribeiro	1	Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.	Oficina de texto (turma 1)
Valmir Teixeira Araújo	1	Imprensa negra brasileira: enquadramentos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 47, p. 1, 2024.	Comunicação Comunitária
Elton Antunes	1	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB): a busca de outra comunicação possível. In: ANAIS DO 32º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2023, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá,	Comunicação Comunitária

Tabela 3: Autores(as) negros(as) indicados(as) nas ementas das disciplinas do curso de Jornalismo da UnB

		2023.	
Clóvis Moura	1	Imprensa negra. São Paulo: Imprensa Oficial, 1984	Comunicação Comunitária
Ana Flávia Magalhães Pinto	1	Imprensa negra no Brasil do século XIX. São Paulo: Selo Negro, 2010.	Comunicação Comunitária
Isabel Lustosa	1	O nascimento da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.	História do Jornalismo
Mario Luiz Fernandes (org)	1	Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.	Apuração e Texto Jornalístico 2
Edna Mello	1	Telejornalismo em questão. Coleção Jornalismo audiovisual. V32. Florianópolis: Insular. 2014	Jornalismo em TV 2
Fátima Aparecida Santos	1	Linguagens do web design. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008.	Webdesign em Jornalismo
Marizilda dos Santos Menezes	1	Design e Planejamento: aspectos tecnológicos. São Paulo: Cultura Acadêmica.	Webdesign em Jornalismo
Nair Prata	1	Webrádio: novos gêneros, novas formas de interação. Florianópolis, Insular, 2009.	Jornalismo em Rádio 2

Tabela 3: Autores(as) negros(as) indicados(as) nas ementas das disciplinas do curso de Jornalismo da UnB

Flávia Rios	1	Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano, Zahar.	Teorias do Jornalismo
Márcia Lima	1	Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano, Zahar.	Teorias do Jornalismo